



UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL

DHE – Departamento Humanidades e Educação

CURSO DE HISTÓRIA (LICENCIATURA)

**HISTÓRIA, IDENTIDADE E RACISMO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE
SANTA-CRUZENSE.**

EDUARDO TESCHE PAIM

8º SEMESTRE/2013

Santa Cruz do Sul

JAN/ 2014

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL

DHE – Departamento Humanidades e Educação

CURSO DE HISTÓRIA (LICENCIATURA)

*“Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura
de História, sob orientação do Professor João
Afonso Frantz, da UNIJUÍ.”*

Eduardo Tesche Paim

8º SEMESTRE/2013

Santa Cruz do Sul

JAN/ 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 - SANTA CRUZ DO SUL: UMA HISTÓRIA A SER REVISTA	06
2 - IDENTIDADE ÉTNICA E A QUESTÃO DO AFRODESCENDENTE EM SANTA CRUZ DO SUL (1970 A 2000).....	18
3 - A DISCUSSÃO RACIAL EM SANTA CRUZ DO SUL NO NOVO SÉCULO ...	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a participação da comunidade afrodescendente no desenvolvimento do município de Santa Cruz do Sul, problematizando a historiografia oficial, proporcionando um novo horizonte nas perspectivas socioculturais desta comunidade, na formação da sociedade santa-cruzense. Também tem o objetivo de desmistificar a exclusividade outorgada pela história oficial ao imigrante alemão, na construção deste município e elencar outras etnias que participaram deste evento.

No primeiro capítulo apresentaremos a história oficializada por historiadores acadêmicos e diletantes que idealizaram o imigrante alemão como “herói” desbravador, transformando uma região primitiva e selvagem em um “Éden” de desenvolvimento, onde outras culturas como os afrodescendentes foram excluídos desse processo. Provocaremos também, questionamentos sobre esta pretensa exclusividade, buscando indícios que convidem o interlocutor a sugerir outras possibilidades alternativas à história oficial, onde se conclua que a construção de Santa Cruz do Sul, teve importante participação de outras etnias, além do imigrante de origem germânica.

Já no segundo capítulo, teremos um recorte histórico que vai de 1970 a 2000, onde se acentua e se radicaliza o sentimento de pertencimento germânico na sociedade santa-cruzense. Procuraremos estudar o fenômeno que renasce nos descendentes de imigrantes, durante esse período, onde a necessidade de pertencimento étnico germânico surge como contraponto de diferenciação entre os descendentes e os “brasileiros”. Nesse contexto, os ditos “brasileiros” representados pela miscigenação do português, do índio e do negro, alimentam a dualidade que caracteriza a sociedade brasileira, onde o imigrante representa o baluarte do desenvolvimento da “ética do trabalho” e o negro o atraso, valores contrários ao desenvolvimentismo do moderno capitalismo. Assim a discriminação racial se acentua, caracterizando-se pela diferenciação de classes entre o branco (descendente de imigrante) e o negro.

No último capítulo, teremos uma abordagem mais recente sobre o racismo local de Santa Cruz do Sul, onde as transformações do novo século sobre a luta contra a discriminação, encontra eco pelo planeta e pelo país, através de encontros como Durban e de políticas afirmativas que procuram estabelecer um equilíbrio nas oportunidades entre brancos e negros. E são estas políticas, motivo de acirrado debate na sociedade santa-cruzense, onde a discussão trouxe a tona, um racismo até então velado, guardado a sete chaves na alma da comunidade de descendentes de alemães de Santa Cruz do Sul.

Assim procuraremos desenvolver um diálogo sobre o racismo percebido em Santa Cruz do Sul, onde o afrodescendente é notado como o elo mais “fraco” da escala social, sendo este a principal vítima deste tipo de discriminação. Discutiremos também, sobre as alternativas encontradas para diminuir às diferenças sociais e a busca da equidade das oportunidades para ascensão social da comunidade negra e o reflexo desta discussão na sociedade santa-cruzense. Construindo um debate aberto que questionará o racismo santa-cruzense e as formas que estamos desenvolvendo caminhos para romper com esta prática, na busca de uma sociedade mais justa, menos preconceituosa e mais igualitária.

1 - SANTA CRUZ DO SUL: UMA HISTÓRIA A SER REVISTA

Os estudos da historiografia oficial de Santa Cruz do Sul, desenvolvido por pesquisadores acadêmicos e diletantes, construíram a ideia que Santa Cruz do Sul e seu desenvolvimento são frutos exclusivamente do trabalho do imigrante de origem germânica em detrimento as outras etnias que compuseram o universo social deste município. Entre as culturas que lhe são negadas a participação à construção do referido desenvolvimento desta cidade, está o afrodescendente que se não é negada totalmente sua participação neste processo, são elas minimizadas ao ponto de suas influências não serem efetivadas na construção sociocultural deste importante município localizado no vale do Rio Pardo.

As colônias de imigrantes que foram efetivadas na então Província de São Pedro tinham por objetivo a regularização na produção de víveres num estado que tinha basicamente toda sua economia voltada para a produção agropastoril de grandes latifúndios. O Rio Grande do Sul a partir do final do século XVIII e começo do XIX desenha sua economia em torno da indústria do charque, alimento muito usado na alimentação de escravos, para abastecer mercados do centro do país. Os militares que receberam terras da coroa portuguesa para patrulharem as áreas do oeste gaúcho que estavam em constante litígio com a coroa espanhola encontraram na forma selvagem uma grande quantidade de gado solto oriundos das antigas missões jesuíticas, nos campos se reproduzindo graças às condições favoráveis de clima e pastagens. Esta abundância de matéria-prima foi o estopim para marcar a vocação pastoril do Rio Grande do Sul e a formação de grandes fazendas e latifúndios que exploravam a produção de gado bovino (*vacum*) que abasteciam às charqueadas, principalmente na região de Pelotas.

Como a produção pastoril é extensiva, as estância e fazendas mal produziam seus produtos agrícolas para sua subsistência, serviço esse que ficava a cargo geralmente de escravos agricultores. O problema é que a produção desses víveres é insuficiente principalmente nos centros urbanos que começavam a despontar, como Porto Alegre, por isso que a região da Feitoria, onde hoje é

São Leopoldo, foi o primeiro destino das primeiras levas de imigrantes alemães que colonizaram o Rio Grande do Sul. A política de colonização promovida pelo Império Brasileiro nos anos de 1824 é acompanhada de uma série de incentivos do governo brasileiro e é precedida de uma campanha que promovesse o projeto em território europeu. Essa promoção ficava a cargo de agentes particulares de imigração que tinham a incumbência de convencer os interessados em continente europeu a atravessar o oceano para mudarem-se para o continente americano, como na carta abaixo do Major Schaefer.

As famílias, após sua feliz chegada ao Rio de Janeiro, capital e residência do Imperador do Brasil, nada mais tem com o que se preocupar, a não ser trabalhar com afinco... Considerando que o Governo fornece, paternalmente, as terras, exige-se na Alemanha que cada família custeie, na medida do possível, suas despesas de viagem e que cada adulto, já a partir dos 12 anos, contribua com 100 a 200 florins renanos para a passagem e manutenção... Oficiais de ofício – serralheiros, pedreiros, carpinteiros e outros terão viagem gratuita (...) (STOLTZ, 1997, p. 24).

Com o termino da Revolução Farroupilha é retomada às políticas de colonização do território gaúcho somente em 1848, sendo que nesta fase o governo provincial goza de maior autonomia na colocação em prática dessas políticas. Essa maior autonomia consistia em terras que seriam cedidas pelo governo central, cabendo ao governo provincial à responsabilidade de administrar o processo de colonização e começa na região onde hoje é Santa Cruz do Sul, a primeira colônia fundada pela própria província.

A travessia transoceânica naquela época tinha requintes de aventura radical, pois os imigrantes eram transportados em navios veleiros a vapor superlotados, enfrentando um mar bravio que desafiava as convicções de “jardim do Éden” desenhadas pela propaganda imigratória desenvolvida por agentes particulares com a anuência do governo imperial brasileiro.

O navio não parava um só momento de balançar. Este eterno balanço... Chuva e tempestade incessantes. Há oito dias que estou devolvendo todos os comes e bebes para os peixes, além de ameixas secas tudo me enjoa (...) Dormir?... o que dormir...não, isso não existe, isso não é permitido e

tem milhões de percevejos. Isso é somente o começo de uma viagem marítima longa! Horrível vida marítima deverá ser, primeiramente, uma escola preparatória para a vida americana!(...) Até agora não vimos nada a não ser céu e água (...) De agora em diante o calor sendo horrendo; o navio é continuamente regado com água do mar... O fato de existir entre nós, habitantes deste navio, um forte sentimento de igualdade e irmandade, de se fazer pouca diferença entre homem e mulher, jovem ou velho, rico ou pobre, culto ou não, explica-se porque todos repartimos os mesmos riscos e todos partilhamos a mesma prisão (STOLTZ, 1997, p. 25).

Os imigrantes ao chegarem ao seu destino teriam que enfrentar a desorganização do governo imperial brasileiro, pois os vales governamentais emitidos por ele, não seriam aceitos pelos comerciantes locais e as promessas divulgadas em território alemão não seriam cumpridas na íntegra. Eles ainda sofreriam com as mudanças das leis que se alternavam em ditos e não ditos que confundiram e desestabilizaram os novos inquilinos de nosso país, levando-os a sérias dificuldades nos primeiros anos da imigração em território brasileiro.

Foi à colônia da futura cidade de Santa Cruz do Sul a primeira a ser efetivada em território gaúcho com administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que tinha interesse em povoar a região da sesmaria de João Faria Rosa. Também era de interesse da Câmara de Vereadores de Rio Pardo que a colônia se estabelecesse em terras do município para maior comunicação como os “campos de cima da serra” na construção de uma estrada que possibilitasse o comércio com a cidade de Cruz Alta. “Este caminho sairia de Rio Pardo passando pelas terras do Faxinal João Faria (uma sesmaria que tornara-se uma grande fazenda, região esta em que, atualmente, encontra-se a cidade de Santa Cruz do Sul) seguindo pelos “campos de cima da serra” até Cruz Alta” (BAIOTO, 1998, p.33).

Em 1849 chegam os primeiros imigrantes a colônia de Santa Cruz, estabelecendo-se na Picada Velha, hoje conhecida como Linha Santa Cruz e posteriormente assim que chegavam novos imigrantes povoaram o Faxinal João Faria.

A região destinada à ocupação dos imigrantes foi à depressão central, junto à encosta inferior da serra, para que ocorresse o povoamento da recém aberta estrada que ligava a cidade de Rio Pardo a Cruz Alta (VOGT Apud SKOLAUDE, 2008, p.20).

Em 19 de dezembro de 1849 foram ali distribuídos lotes aos seguintes colonos: Augusto Wutke, Frederico Tietze, Augusto Mandler, Gottlieb Pohl, Augusto Raffler (que se mudou depois para Vila Tereza, atual Vera Cruz) e Augusto Arnold, todos solteiros, exceto Wutke, e provenientes das Províncias (Alemãs) da Silésia e do Reno (MENEZES, 1914, p. 8).

Ao chegarem a seus lotes os imigrantes receberiam orientações governamentais como que segue: “1. Derrubar a mata, construir sua morada e começar a plantar; 2. No prazo de, no máximo, de dois anos, deveria desenvolver o cultivo da terra, caso contrário, perderia o direito sobre a mesma; 3. A terra que estava recebendo não poderia ser vendida, nem trabalhada, ou ocupada, por outras pessoas, que não fossem o imigrante e sua família; 4. Não poderia utilizar-se de mão-de-obra escrava” (BAIOTO, 1998, p. 35). A primeira fase da colonização de Santa Cruz do Sul que começou em 1849 vai até 1854, num processo de estruturação lenta, tendo toda sua economia baseada na agricultura de subsistência.

A proibição de trabalho escravo nas colônias se tornava uma lei inócua, pois o preço de um escravo após o fim do tráfico legal transoceânico teria subido a valores estratosféricos, proibitivos para pequenos produtores recentemente estabelecidos. Mas os escravos não necessariamente seriam comprados, eles poderiam ser alugados de fazendas próximas, para tanto foi estipulado uma taxa de 32\$000 por escravo introduzido nas colônias. Como aparece na transcrição abaixo de João Bittencourt de Menezes Ex-Secretário Geral do Município no final do século XIX.

Quanto aos honorários que percebia esse director, não eram eles, mesmo para o tempo, o que se pudesse chamar de pingues, nem os permitia a dotação de 27:980\$000, que a lei de orçamento provincial para 1851 destinava ao serviço de colonização. Essa verba era assim distribuída: - “Gratificação ao Director Geral das colônias da Província 1:600\$000; idem

ao Amanuense do mesmo Director 480\$000; idem ao Director da Colônia de Santa Cruz, para cujo emprego só poderá pessoa, que falle a língua alemã e que sirva de agrimensor da mesma colônia, 600\$000, (notando-se que esses vencimentos foram aumentados para 900\$000, também anuais, em 1853); subsídio a 72 colonos estabelecidos na estrada de Santa Cruz e a mais 28 que delle possam necessitar, 7:300\$000”; outras despesas, e “para o estabelecimento de novas colônias, além do que sobre escravos introduzidos na Província”, etc. (10:200\$000), perfaziam produzir a taxa aquella dotação (MENEZES, 1914, p. 9 e 10).

As dificuldades encontradas pelos colonos nos primeiros anos da colonização foram muitas, num ambiente totalmente diferente com o que estavam acostumados tiveram que rever muito de seus hábitos.

Os imigrantes desconheciam absolutamente as condições ambientais e culturais do novo lugar, além de estarem completamente isolados geograficamente. A falta de comunicação e o “abandono” do governo Provincial foram algumas das adversidades encontradas. Os saberes e as práticas culturais e sociais destes imigrantes estiveram em confronto cotidiano com o “em torno” com que se depararam. Com outro clima, precisavam repensar suas vestimentas, seus hábitos, aprender novas técnicas agrícolas e pecuárias, construir moradias de outro tipo e com diferentes materiais, sofrer e conhecer novas doenças, desenvolver, enfim, outros modos de viver a vida e garantir a sobrevivência (SKOLAUDE, 2008, p. 21 e 22).

O desenvolvimento da colônia é surpreendente, pois de uma economia agrícola de subsistência evolui rapidamente para a produção de excedentes para exportação a partir de 1860, tornando-se um lugar atraente para novos imigrantes e para pessoas provenientes de outras regiões.

A chegada de novos imigrantes, a partir de 1850, bem como de outros grupos, proporcionou um aumento considerável da população. Os lotes tinham todos 16.000 braças quadradas e foram distribuídos nos moldes em que eram distribuídos os da antiga colônia de São Leopoldo. Apesar das

dificuldades iniciais, a população crescia ano a ano, somando, em 1851, 175 habitantes (SKOLAUDE, 2008, p.22).

Entre os que o autor Mateus Skolaude chamou de outros grupos, estariam migrantes de outros estados e até mesmo negros, como no citado por João Bittencourt de Menezes que se refere a um cidadão negro que tinha como “profissão” capitão do mato.

Entre os terrenos das novas quadras que se foram medindo para satisfazer os pedidos de concessão, mencionaremos o de nº 6 da quadra M, que foi distribuído, ao Capitão do Matto. Essa entidade, que fazia parte da instituição de triste memória, era o preto Joaquim, por alcunha de Gaiola, que morava no Faxinal Velho. Gaiola costumava exhibir uma medalha ou coisa semelhante, á guisa de patente de seu honroso posto (MENEZES, 1914, P. 26).

A chegada de pessoas de outros estados colaborou para o aumento populacional e para a diversificação étnica da colônia.

Mais tarde, quando era director da colônia Carlos Von Schwerin, este distribui terrenos da povoação a diversos ex-soldados que serviram na guerra contra o ditador Rosas, em 1851. Esses indivíduos eram conhecidos por bahianos, não obstante um só delles ser da Bahia, e seus nomes eram: Elias Antonio Moreira (paulista), José Gonçalves da Silva (bahiano), João Batista de oliveira e Julião José Luiz (paranaenses), Chaves e Pantoja (MENEZES, 1914, P. 30).

A diversidade étnica que começa a despontar nas cercanias da colônia de Santa Cruz vai configurar na futura formatação étnica que colaborará no desenvolvimento econômico e social alcançado por esse importante município.

O rápido crescimento da colônia será o motivador para que outros imigrantes sigam para Santa Cruz, chegando em 1853 a 192 lotes distribuídos e uma população de 692 pessoas, sendo que no ano seguinte é aprovada lei provincial nº 304 que estabelecia que colonização no estado gaúcho fosse feita através de venda de terras devolutas, não mais os lotes seriam doados. Cada

novo morador da colônia implicava no avanço sobre as matas, o que leva a partir dos anos de 1860 o desenvolvimento de outras colônias na região, entre essas novas colônias está Monte Alverne que foi fundada em 1859.

Nos primeiros anos da colônia de Santa Cruz, o feijão e o milho destacam-se como principais produtos, sendo esses produtos exportados a partir de 1856. Num segundo momento, o tabaco começa a se destacar superando o feijão em 1865/1866, transformando-se no principal produto de exportação da colônia, graças à conquista de mercados externos como países do Prata e da Europa.

Em 08 de janeiro de 1859 a povoação da colônia de Santa Cruz através da lei 432 foi elevada a condição de freguesia, com uma população de 2409 habitantes, começa a ampliar seu desenvolvimento no campo educacional.

(...) nesse anno, provida pelo professor Adolfo Hoffmann a escola de sexo masculino da povoação. No anno seguinte D. Carolina Leopoldina Ortiz da Motta abriu, tambem na povoação, uma escola particular que, dois annos depois, passou a ser publica. Esta escola foi creada por lei n. 513 de 11 de novembro de 1862, dispondo a mesma lei que a escola só poderia ser provida interinamente (MENEZES, 1914, p. 39 e 40).

Com o desenvolvimento alcançado pela colônia e pelo sucesso de suas principais culturas, como o feijão o milho e o tabaco, a localidade rapidamente aumenta sua população e começa a surgir uma elite comercial que é descrita pelo autor Noronha abaixo:

Os comerciantes locais estavam, em sua maioria, ligados aos grandes atacadistas de Porto Alegre, que, no último quartel do século XIX, fizeram Santa Cruz transformar-se no centro comercial de toda a região colonial, especializando-se na exportação de seus produtos, particularmente de gêneros alimentícios, aos mercados consumidores do centro do país. Nesse contexto, Noronha (2006, p. 61) destaca que estes comerciantes vão se constituir como o principal grupo de poder político em Santa Cruz do Sul. Conforme o autor, esse segmento detinha o controle das principais vias de acesso aos mercados do fumo, além de desempenharem o papel de banqueiros, monopolizavam as informações referentes ao preço do

tabaco e dos meios de escoamento da produção (SKOLAUDE, 2008, p. 25).

Esta estratégia de monopolização dos mercados produtores de tabaco é similar ao modelo integrado imposto pelas grandes fumageiras em Santa Cruz do Sul nos dias hoje, onde os produtores recebem financiamento e assistência técnica, com o compromisso de venderem toda a sua produção às empresas concedentes dos empréstimos.

Apesar das colônias de imigrantes não serem permitidas por lei a exploração do trabalho escravo, encontramos no livro de batismos que se encontra na Cúria Metropolitana de Porto Alegre com o título de “Livro de Escravos – 1863 a 1873”, onde estão registrados 34 batismos de negros escravizados. “Os abaixo assinados confirmarão com juramento que esta criança supra natividade filha de Isabel, escrava de Antônio José de Oliveira, nasceu antes da lei de 28 de setembro de 1871” (Santa Cruz do Sul, Livro de Escravos de 1863 a 1873, folha 03). Nota-se a preocupação de registrar providencialmente que a criança tenha nascido antes da Lei do Ventre Livre, claro que muitas crianças nascidas depois desta data, também foram registradas com datas anteriores a lei que lhes davam a liberdade. A seguir, outro registro importante da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, “... batizou a Ignácia, nascida aos quatro de fevereiro do ano passado, filha da preta crioula Rosa, escrava de Francisco Gonçalves da Fontoura, sendo padrinhos Jacinto José da Silva e Maria Joaquina da Conceição” (Santa Cruz do Sul, Livro de Escravos de 1863 a 1873, folha 02).

A existência de trabalho escravo na colônia de São Leopoldo, onde a mesma lei vigorava, nos leva a refletir sobre esta possibilidade, mas a existência de negros na região parece ser incontestável.

Segundo Mário Maestri (1995), a região onde foi estabelecida a colônia germânica de Santa Cruz, 1849, entre Rio Pardo e a serra, era lugar de constantes aquilombamentos, contudo, o período pós-colonização acabou restringindo a possibilidade de criação de novos quilombos, pois estes eram imediatamente denunciados às autoridades (MAESTRI Apud SKOLAUDE, 2008, p. 24).

A origem do nome da colônia de Santa Cruz é bastante discutível, mas existe uma hipótese que é bastante aceita pelos historiadores locais que transcrevemos a seguir.

Na época da fundação da colônia vivia no Faxinal um “brasileiro”, de nome Cruz, que mantinha uma pequena venda no local e ainda, a título de “defesa”, fazia medições e indicava aos imigrantes as suas respectivas colônias. Esse tal Cruz tornou-se popular entre os colonos, ainda mais se considerarmos que a venda, como até os dias de hoje, sempre foi um ponto de atração na comunidade, onde amigos e conhecidos se reúnem para trocar suas impressões, realizar seus negócios e saber das últimas novidades. Assim, com o decorrer do tempo, os colonos começaram a usar, frequentemente, a expressão “Wir Manchem zum Cruz” (vamos até o Cruz). Daí foi um pulo para a frase “beim Cruz” (junto ao Cruz) (...) posteriormente (...) surgindo a Paróquia, a localidade passou a ser denominada de Santa Cruz (BAIOTO, 1998, p. 33 e 34).

A religião oficial do Brasil era a Católica Apostólica Romana, outras religiões eram toleradas, mas deveriam ser praticadas de forma privada e em casas religiosas que não tivessem aspectos físicos de igreja. Foi em 1858 construída a primeira capela Luterana da colônia, sendo ela usada como escola também, já a primeira igreja Católica foi somente inaugurada em 1863.

O crescimento econômico da freguesia de Santa Cruz atraía pessoas de todas as regiões do Rio Grande, aumentando rapidamente sua população e seu desenvolvimento urbano.

Ao contrário do que normalmente ocorre no desenvolvimento de cidades como, por exemplo, Rio Pardo, Santa Cruz teve desde o início, o seu traçado planejado de modo simétrico, tendo sido o seu plano diretor bastante arrojado para a época pois, enquanto a maioria das cidades crescia desordenadamente, em um emaranhado de ruelas, Santa Cruz já possuía um plano diretor geométrico onde os quarteirões eram separados por largas avenidas perpendiculares entre si (BAIOTO, 1998, p. 46 e 47).

No ano de 1870 a comunidade evangélica de Santa Cruz funda o Colégio Mauá, já a comunidade católica funda em 1871 o Colégio São Luiz e em 1874 o Colégio Sagrado Coração de Jesus, sendo que tanto o Colégio Mauá quanto o Colégio São Luiz, estão em atividades até os dias de hoje. Em 31 de março de 1877 a então freguesia de Santa Cruz é elevada a condição de vila, através da lei provincial nº 1079. E a então vila de Santa Cruz segue sua história de desenvolvimento passando pelo começo da república e chegando a vinda do século, esse sucesso econômico é potencializado com a inauguração do ramal ferroviário, em 1905, ligando a vila de Santa Cruz ao município de Rio Pardo, sendo inaugurado pelo então governador Borges de Medeiros. Foi nesse mesmo ano elevado à condição de cidade que qualificou a recente cidade para entrar o novo século num crescente de desenvolvimento que polariza como a mais desenvolvida colônia de imigrantes alemães do estado do Rio Grande do Sul.

O setor da fumicultura, aos poucos, passou a ser controlado por médias e grandes empresas, nacionais e multinacionais, que dirigem e controlam o processo de industrialização. Este processo teve início em 1918 com o surgimento da Cia. De Fumo Santa Cruz, empresa local que resultou da fusão de outras 6 empresas menores, 1919, entra no mercado a Souza Cruz, empresa anglo-americana, em 1932, a Tabacos Tatch, Teuto-brasileira, em 1948 foi a vez da Cia. De Cigarros Sinimbu, pertencente à família Hoennieg, depois o grupo francês Meridional Tabacos, em 1975 (BAIOTO, 1998, P. 56 e 57).

Progressivamente estas empresas foram, primeiramente, monopolizando o beneficiamento e a comercialização, comprando toda a produção da região, estipulando cotas de produção da região, estipulando cotas de produção e os preços para o colono. Aos poucos, as empresas desenvolveram uma estrutura, que vai desde o acompanhamento do plantio feito pelos colonos, que produzem o fumo em suas pequenas e médias propriedades pelo interior do município, até o investimento em alta tecnologia para aperfeiçoamento de sementes, agrotóxico, conservação da terra e processos de colheita e conservação. (BAIOTO, 1998, p. 57 e 58)

O sistema descrito acima monopoliza o plantio a comercialização e o beneficiamento do fumo, através de um sistema integrado que impõem aos produtores uma verdadeira ditadura de valores pagos por sua produção.

“O fumo produzido na região é exportado para todo o país e várias partes do mundo, sendo este setor que mais absorve mão-de-obra na região, criando milhares de empregos direta e indiretamente” (BAIOTO, 1998, p. 58). A forte industrialização de Santa Cruz do Sul atrai milhares de trabalhadores de cidades vizinhas, que vão para o município trabalhar como safrista durante seis meses, sendo que os outros seis meses ou voltavam para seu município de origem ou se submetiam ao subemprego. E são esses novos moradores que irão habitar as áreas de moradias mais precarizadas, situadas nas periferias da cidade, formando as primeiras favelas do município.

Cumprir assinalar que, a partir do final da década de 1930, a política de estado instituída pelo governo de Getúlio Vargas em nome da unidade nacional teve sérios desdobramentos junto à sociedade santa-cruzense. A campanha de nacionalização, iniciada em 1937, pretendeu forçar a assimilação da língua portuguesa através da proibição da fala e do ensino da língua alemã, além do fechamento de jornais, instituições, associações comunitárias e culturais. Tal experiência nacionalizadora teve efeitos definitivos, entre eles o desaparecimento da imprensa em língua alemã, escolas e algumas instituições culturais (SKOLAUDE, 2008, p. 27).

Talvez a principal perda para a cultura germânica tenha sido o fechamento do Jornal Kolonie, fundado em 1891 e teve suas atividades encerradas em 1941. Esse jornal voltaria a circular no pós-guerra, mas com outro nome, Gazeta de Santa Cruz e todo editado em língua portuguesa, e a partir de 1954 esse jornal passa a se chamar Gazeta do Sul, circulando até os dias de hoje.

Contudo, Correa (2002) considera que, em algumas condições, o “abrasileiramento” não se deu de forma violenta à época do Estado Novo. Para o autor, a urbanização e o viver na cidade se constituíram em fatores preponderantes para a integração dos descendentes de alemães nas áreas de colonização e imigração no Rio Grande do Sul (SKOLAUDE,

2008, p. 27). Sendo assim, “a vida urbana não exige a mesma solidariedade ou a mesma vida em coletividade daquela do meio rural”, ou seja, “muitos descendentes almejavam aprender a falar fluentemente a língua portuguesa e conscientemente abandonaram o idioma materno e tampouco quiseram ensiná-lo aos seus filhos” (CORREA Apud SKOLAUDE, 2008, p. 27).

Para o autor, o “abrasileiramento” dos descendentes de colonos alemães imposto pelo Estado Novo, não foi necessariamente apenas uma imposição do então governo brasileiro, mas a necessidade de romper os laços com a pátria dos antepassados que surge no seio da comunidade santa-cruzense.

Na verdade o processo de rompimento com a cultura germânica surge junto com a má campanha da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, pois o envolvimento desse país com crimes de guerra e sua condenação pela opinião pública mundial, foram os grandes motivadores para que a região de Santa Cruz do Sul, aliados à política de nacionalização do governo federal, levassem essa comunidade a perder o interesse em manter suas ligações com a terra de seus pais e avôs. Começando a partir daí um longo período de dormência dos sentimentos germânicos, que só irão renascer no final da década de 1970, onde o poder público municipal vê na retomada do culto à cultura alemã um grande instrumento motivador da indústria do turismo que iria alavancar novamente a já dinâmica economia santa-cruzense.

Santa Cruz do Sul chega aos anos de 1970 com uma economia forte, transformando-se num polo industrial regional, tendo na produção fumageira seu carro chefe, sendo considerada a capital nacional do fumo. E essa economia forte não consegue esconder as mazelas da ocupação desordenada, causada pela migração, motivada pela industrialização dessa cidade. E nessas ocupações iremos encontrar todas as etnias, principalmente afrodescendentes que migram para a região em busca de uma vida melhor, mas encontram apenas a submoradia, a discriminação, o preconceito e a segregação, fazendo surgir bairros símbolos desta segregação como Camboim e a vila dos Macacos.

2 - IDENTIDADE ÉTNICA E A QUESTÃO DO AFRODESCENDENTE EM SANTA CRUZ DO SUL (1970 a 2000)

Nas primeiras décadas do pós-guerra dos imigrantes de Santa Cruz do Sul, o sentimento de germanicidade dos santa-cruzenses, assim como a cultura e a língua alemã ficaram restritos a guetos localizados no interior do município. Essa retração da identidade alemã se deve, além da Campanha de nacionalização do Estado Novo, também ao grande trauma causado pela derrota na Segunda Guerra Mundial e pelo constrangimento das atrocidades descobertas no pós-guerra, onde as tropas alemãs foram atores principais em uma história que mistura horror e vergonha.

No caso de Santa Cruz do Sul, agrega-se o fato de a cultura alemã ter sido reprimida e impossibilitada de ser manifestada após os acontecimentos da Campanha de Nacionalização e da Segunda Guerra Mundial, quando os imigrantes e descendentes foram impedidos de cultivar aspectos culturais da região de origem. Contudo, a década de 1970 marca um divisor de águas para estas relações, pois já em 1972 eram percebidos rumores para a proclamação da identidade germânica no município: (SKOLAUDE, 2008, p. 53 e 54).

A partir da década de 1970, essa germanicidade aos poucos é recuperada, num processo lento, combinado com o sucesso de recuperação da economia europeia que das cinzas voltam ao cume da pirâmide da economia mundial. O eurocentrismo que marcou o começo da era moderna que no século XX se deslocou para o “American of life”, começa novamente a florescer no seio da sociedade santa-cruzense e a identidade teuto é aos poucos reconduzida ao mais alto escalão desta comunidade.

Essa reconstrução da identidade germânica é fortalecida pela historiografia regional que idealiza os colonizadores como heróis que vieram de um mundo distante para implantar uma sociedade desenvolvida, trabalhadora e dotada dos mais nobres valores da sociedade moderna, também conhecida como “ética protestante”. Assim sendo, precisamos diferenciar história de memória.

É importante ter presente que história e memória não são sinônimos. Segundo Félix (2004, p.42), a memória é aberta e em permanente evolução e liga-se à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social. “Já a história, ao contrário dessacraliza a memória, constituindo-se em representação do passado através do distanciamento, da problematização, da crítica e da reflexão sobre as memórias”. (FÉLIX, apud, SKOLAUDE, 2008, P. 30) Nessa direção, Paredes (2002), afirma que “a história trata os fatos memoriais do passado através de uma atitude que busca ao máximo a objetividade científica, ao passo que a memória se reveste de subjetividade”, ou seja, “se por um lado a história procura ordenar os fatos do passado, a memória, por sua vez, é permeada pela desordem das paixões e dos afetos” (PAREDES, apud, SKOLAUDE, 2008, p. 30).

Essa diferenciação nos permite entender a construção dessa historicidade regional que teve como principais pesquisadores membros da comunidade teuto-brasileira que estavam emocionalmente comprometidos com a causa dos imigrantes. É esse comprometimento que constrói uma narrativa romanceada do processo de imigração, alçando a “epopeia da colonização” a níveis épicos.

Diante disso, é oportuno dizer que não se resgata o passado, este não se encontra perdido em um tempo distante. A forma que a história adquire no presente associa-se aos saberes que orientam o trabalho do historiador que, por sua vez, estão carregados de subjetividade. Não é por outro motivo que cada presente reivindica para si uma versão do passado. Nesse caso, a história regional, feita por historiadores, profissionais diletantes e áreas afins, sobre a imigração/colonização alemã em Santa Cruz do Sul é tema que, na maioria das vezes, se manteve circunscrita a grupos de pessoas oriundas das próprias áreas de colonização, grande parte destes motivados por uma visão essencialista da história. Daí por que a forma como estas obras foram construídas indicam a presença de uma narrativa muito próxima de uma visão folclorizada sobre o passado (SKOLAUDE, 2008, p. 31).

A historiografia regional da Santa Cruz do Sul teve em sua construção uma forte influência afetiva, impregnada de fortes valores identitários de pertencimento, onde se nega a identidade brasileira e se incorpora a identidade

dos antepassados, que constituíam no imaginário da comunidade teuto-brasileira a busca da identidade europeia como “berço” da civilização ocidental e exemplo de “desenvolvimento”, que representava o oposto da imagem representada pelos “brasileiros”. Assim sendo incorporam no seu imaginário a identidade alemã, local de onde vieram seus antepassados e que “legitimava” a condição de “diferentes”, “organizados” e “desenvolvidos”.

Para tanto, a historiografia regional se constitui como um instrumento extremamente importante na legitimação de valores simbólicos que permitem a construção da memória social, bem como a elaboração da tradição comunitária. Por tradição pode-se entender uma rede de significados do passado articulados no presente que permitem a criação ou elaboração de um discurso de pertencimento e identificação cultural. Hobsbawm e Ranger (1984) denominaram este processo de “invenção de tradições”. Para estes autores, em determinados contextos sociais, o passado passa a ser referenciado através de formalizações e ritualizações, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Assim, as culturas são instigadas a voltarem às glórias passadas, remetendo-se a discursos que caracterizam a nação como grandiosa, restaurando, desta forma, as identidades que ficaram no passado. Isto, por sua vez, sedimenta a existência de um imaginário comum que é extremamente importante para a configuração destas identidades. História sobre um passado imemorial de origens de famílias, do povo, de heróis, guerras e mitos, contribuem para a configuração e legitimação destes imaginários (SKOLAUDE, 2008, p. 31 e 32).

A identidade construída no imaginário dos descendentes de imigrantes pelos historiadores acadêmicos e diletantes foi emoldurada pela visão de um povo trabalhador que se dedicava ao trabalho de maneira diferente do resto do Brasil. O sucesso alcançado pelas colônias de imigrantes, também serviu de combustível para esse ufanismo regional que não levava em conta as condições relativamente favoráveis que os imigrantes receberam para implementar sua “saga”, diferentemente dos africanos que vieram para às Américas presos aos grilhões da escravidão.

No conjunto de características comuns que norteiam os trabalhos acerca da colonização/imigração alemã em Santa Cruz, é recorrente a ética do trabalho como ferramenta fundamental do espírito empreendedor e associativo, a moralidade e a higiene (limpeza) na vida cotidiana, o mito do pioneirismo como matriz genealógica da comunidade e o diferencialismo étnico estruturado em discursos contrastivos da identidade cultural hegemônica (SKOLADAUDE, 2008, p. 32).

Na construção desse imaginário aparece a “ética do trabalho” como um poderoso instrumento de segregação ou elitização social, onde os descendentes de alemães são abençoados pela sua capacidade de trabalho e merecem receberem os louros do sucesso, segregando todas as outras etnias que segundo eles, não corroboram com um modelo de sociedade baseado nos ideais da moderna sociedade burguesa. Dividindo a sociedade santa-cruzense em “alemães” e “brasileiros”, onde o segundo teria suas mazelas nas suas origens étnicas gerada na miscigenação de portugueses, índios e africanos.

A determinação e o espírito empreendedor, que fazem parte do legado cultural deixado pelos imigrantes alemães, devem ser preservados para o enriquecimento do espírito da comunidade para o desenvolvimento regional (BAIOTO, 1998, p. 83).

E esse ufanismo germânico é potencializado pela grande divulgação da mídia local, das “virtudes” da comunidade alemã no Brasil e no mundo. Onde podemos ter como exemplo reportagem de um importante jornal da cidade a “Gazeta do Sul” de 13 de fevereiro de 1988, numa coluna chamada “canto de página”, com o título de “alemães do sul”, onde era referenciada pelo colunista, em suas andanças pelo mundo, o encontro de descendentes de alemães no Chile.

Quando chego pela primeira vez a uma cidade, tenho por divertimento habitual folhear a lista telefônica para ver os nomes, e por vezes acabo colhendo agradáveis surpresas. A Santiago já fui prevenido de que o Chile tem uma respeitável colônia germânica, e a capital do país naturalmente deveria refletir esse fato, pelo natural afluxo de pessoas de todo o país. Não deu outra. Os Kuhn, talvez parentes da gente, apareceram oito vezes

na lista, empatando com os Kühn (com trema), provavelmente parentes do Ike. Mas o sobrenome Müller figura nada menos que 118 vezes, assim como dezenas e até centenas de outros nomes de origem germânica. Pelo jeito, os Müller são mesmo um fenômeno mundial.

Mas a região chilena de maior incidência de população teuto-americana se situa entre a Valdivia, Osorno, Puerto Varas e Puerto Montt, estas duas precisamente as duas cidades mais conhecidas turisticamente, mil quilômetros ao sul de Santiago. Mas foi Valdivia a primeira cidade a receber fluxos de imigração germânica, a partir de 1850, mas aí se tratou de uma chegada espontânea para atividades industriais e agropecuárias por própria conta e risco, tão bem sucedidas que em meio século a cidade já se transformou no maior centro industrial do país.

A colonização alemã organizada aconteceu entre 1852 e 1888, um pouco mais ao sul, onde o estado tinha terras disponíveis para distribuição, oferecendo aos imigrantes uma boa infra-estrutura e até mesmo uma ajuda financeira mensal durante o primeiro ano. Essa tarefa foi confiada a Vicente Perez Rosales, fundador de Puerto Montt, hoje nome de um parque nacional da região, no passo da fronteira da Argentina, na travessia dos lagos, e de um hotel de quatro estrelas na cidade que fundou, bem à frente de um monumento à colonização alemã.

Enfrentando a selva emaranhada, os colonos levaram escassos dez anos para desbravar as terras, instalar indústrias, criar serviço regular de navegação no lago Llanquihue, bem como transporte terrestre entre Puerto Varas (junto ao lago) e Puerto Montt (no mar de Reloncavi, ligado ao oceano Pacífico).

Hoje, além de representar o quarto polo industrial do país, a região de Puerto Montt produz principalmente gado de corte e leiteiro, cereais e batatas, em pequenas e médias propriedades, constituindo-se numa das mais prósperas regiões do Chile.

Uma curiosa coincidência é que a mesma rota dos lagos, ligando Puerto Montt (Chile) e Bariloche (Argentina), descoberta pelos jesuítas, acabou sendo usada por alemães do Chile que penetraram na Argentina, ali estabelecendo-se a partir de 1895, quando Carlos Wiederhold construiu a

primeira casa no lugar que, em sua homenagem, ganhou mais tarde o nome de São Carlos de Bariloche. Estabeleceu-se um movimentado comércio de madeira, lã, couro, queijo, manteiga e batatas, graças a que o local ganhou impulso para desenvolver-se nas primeiras décadas, tornando-se mais tarde o maior centro turístico da Argentina, com a mais importante estação de esqui da América Latina.

Percorrendo toda aquela área, que tanto tem em comum com a nossa região de colonização germânica, freqüentes vezes eu pensei no professor Hardy Martin com seu zelo pela história de Santa Cruz, que começou um ano antes da chegada dos primeiros alemães ao Chile. Tanta identificação só me fez aguçar a minha curiosidade, levando-me a levantar o máximo possível de informações, que me foram encomendadas também pelo Dr. Mário Assmann, um sequioso viajante que pretende fazer o mesmo giro.

Naquelas terras, tanto no Chile quanto na Argentina, a cultura germânica mantém hoje uma marcante presença. Muitos estabelecimentos ostentam nomes de origem alemã, e em grande parte deles está afixado o clássico aviso de que se fala alemão, tão comum também por aqui. Os moinhos de água, as chaminés dos fogões a lenha, o estilo arquitetônico das vivendas, os nomes dos letreiros, tudo denuncia a origem e a presença teuta com que tão bem estamos familiarizados também aqui no sul do Brasil (fonte: Gazeta do Sul, 13/02/1988, p.02).

Na coluna acima notamos que o autor escreve como se estivesse escrevendo para um grupo de amigos, quando se refere ao Ike, se refere a um conhecido colunista social desse jornal. E descreve os feitos dos germânicos colonizadores do Chile, como sendo os únicos responsáveis pelo “desenvolvimento” gerado naquela região, mais uma vez surge à ética do trabalho, manifestadas nas intervenções dos alemães nas terras aos quais eles vieram a colonizar.

E esse processo de germanização que foi responsável pela negação que o negro santa-cruzense tenha participado ativamente no processo de desenvolvimento deste município. A eles foram legados papéis subalternos no desenvolvimento socioeconômico da cidade, sendo até mesmo ignorados pelos oficializadores da historiografia santa-cruzense.

Encontram-se na cidade, atualmente, famílias árabes, palestinas, norte-americanas, holandesas, italianas, japonesas, portuguesas, espanholas, africanas, suíças, argentinas, uruguaias e várias outras que, devido a falta de registros oficiais, torna-se difícil a obtenção de dados mais precisos. A influência, direta e indireta, destas etnias enriquece o processo de desenvolvimento, tanto cultural quanto econômico e social da comunidade de um modo geral (BAIOTO, 1998, p. 83).

O fragmento acima do livro “Santa Cruz do Sul” de Daniel Baioto e Renato Luz vem a confirmar, mesmo que de forma tímida, a multiplicidade de etnias que foram responsáveis pela edificação deste município, entre elas aparece à africana, que mesmo contribuindo ativamente neste intento, tem sua participação reduzida a noticiários de crimes nas páginas policiais. Na notícia a seguir intitulada “Negro gaúcho, renegado também em sua história”, deixa bem claro esse processo de negação.

NEGRO GAÚCHO, RENEGADO TAMBÉM EM SUA HISTÓRIA

No ano em que se completam cem anos da abolição da lei que permitia a escravatura de negros no território brasileiro, de um momento para outro, os interesses nacionais se voltaram para o negro e por todo país deflagrou-se um grande e polêmico debate acerca de temas como racismo e preconceito de cor.

Mesmo negando convictamente o caráter festivo da data, os negros passaram a ser motivo de grandes reportagens em jornais e revistas, programas televisivos, filmes, livros e até músicas, onde não faltam termos como axé, embalados por ritmos e batuques africanos. Para serem mais convincentes os debates, fizeram-se estudos e levantamentos estatísticos, além de um literal dissecação de arquivos históricos, bibliotecas e acervos.

E é nesse ponto que se comprovou uma falha que dura séculos e é apenas mais uma prova da desconsideração e da negligência brasileira para com este povo que ajudou a descobrir e desbravar este país: os negros, além de não terem os mesmos direitos e as mesmas chances dos brancos, como é comprovado no dia a dia do brasileiro, também não tem história. Ou melhor, ninguém se preocupou em registrá-la.

No que se refere ao Rio Grande do Sul, então, preconceito racial também em termos históricos é gritante. A ignorância e a despreocupação dos historiadores sobre os primeiros afro-gaúchos foi tão grande que os documentos que falam das origens, costumes e história dos negros gaúchos são simplesmente uma raridade e os estudos a seu respeito, cheios de ideologia e nem sempre fidedignos em suas intenções.

Centrando a nacionalidade gaúcha ao perfil histórico – cultural dos povos europeus, deduz-se que os negros no Rio Grande do Sul, assim como em todo o país, desempenharam um papel periférico, motivo pelo qual, além de se verem obrigados a ocupar os degraus mais baixos da hierarquia social, tiveram negado também o direito de serem resgatados pela história.

Dos poucos dados de que se tem notícia, sabe-se que os primeiros negros chegaram ao Rio Grande do Sul com os imigrantes portugueses para cumprir os trabalhos do mercado urbano, na função de artesãos, carregadores, embarcadiços, lavadeiras, serviços domésticos e até mesmo nas charqueadas existentes. Ou seja, as tarefas que os brancos se negavam a fazer.

Embora também as estatísticas sobre o número de escravos existentes no estado antes da abolição sejam quase inexistente e sempre falhas, por uma conexão de fatores, há referência de que em 1802, por exemplo, chegaram ao sul um milhar de africanos, vindos da África e com passagem pelo Rio de Janeiro. Um número muito alto proporcionalmente a toda população do Rio Grande do Sul de então.

A absoluta falta de documentos históricos que comprovem a existência de escravos e negros no Rio Grande do Sul, que testemunhem sua história e sua origem, como acontece fartamente com os imigrantes alemães e italianos por exemplo e que dêem uma idéia de sua quantidade, são provavelmente das causas principais pelas quais se costuma pregar que no Rio Grande do Sul a escravidão negra não atingiu a importância e a intensidade de outros territórios brasileiros. É por isso também que, estatisticamente, se tenha a ilusão de que negros são minoria no Estado.

Mesmo que os imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul estivessem proibidos de manterem escravos, os negros faziam parte do

cotidiano das fazendas da província e, por evolução histórica, hoje são componentes fortes da etnia gaúcha, tanto quanto alemães, bugres, ou italianos.

Partindo da estimativa de que cerca de 43 por cento da população brasileira é constituída de negros ou de seus descendentes, no chamado Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil, o grupo que ainda assume sua etnia africana exige que se corrija este erro histórico que banindo o cativo da história nacional, escamoteia uma das mais importantes páginas da história brasileira e gaúcha (fonte: Gazeta do Sul, 14/05/1988, p. 10).

Ao analisarmos o texto acima, notamos que o processo de rompimento com suas raízes e de negação de sua historicidade, sejam os mais doloridos e sofridos por um povo que foi por séculos escravizado. A total falta de documentos sobre a escravidão em nosso estado, mostra que o processo de escravidão produzido no Rio Grande do Sul, teve requintes de crueldade que superam outros estados, tidos como escravocratas. “A introdução de mão-de-obra cativa africana no atual estado do Rio Grande do Sul deu-se antes da instalação da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro do Sul, em 1737. Apesar do trabalho pastoril não exigir grande quantidade de mão-de-obra, o número de trabalhadores escravizados no sul não foi pequeno” (GUTIERREZ, 2008, p. 13). O que comprova que neste estado se praticou uma escravidão silenciosa, sempre vendendo a imagem de estado “revolucionário” e “progressista”, o Rio Grande do Sul teve em todas as suas diferentes regiões do estado, cativos africanos que foram submetidos a uma escravidão cruel, violenta e sem história.

Essa falta de documentos históricos sobre o negro no Rio Grande do Sul se reflete na colonização de Santa Cruz do Sul. Se no resto do estado que tinham direito legal de possuírem escravos já é difícil encontrar documentos, podemos imaginar em uma região colonizada por imigrantes alemães, onde a escravidão por lei era proibida, como seria a disponibilidade destes documentos? É claro que existem muito poucos indícios documentais disponíveis para decifrar este enigma, mas como todo o crime deixa o seus rastros, existem algumas evidências que nos levam a acreditar que a escravidão, mesmo nas regiões de colônia de imigrantes,

tenha sido praticada a revelia da lei, usando de subterfúgios legais para a exploração desta mão de obra. Na reportagem abaixo o renomado professor Hardy Martin, que por muitos anos foi responsável pelo Arquivo Histórico do Colégio Mauá, fala sobre as fortes suspeitas que a escravidão africana tenha sido praticada pelos imigrantes alemães na colônia de Santa Cruz:

DEPOIS DE CEM ANOS DE ABOLIÇÃO, NEGRO EXIGE REVERSÃO HISTÓRICA

Toda vez que se fala em colonização de Santa Cruz do Sul, a primeira imagem que vem à mente é a dos imigrantes alemães, plantando as primeiras lavouras de fumo e erguendo os prédios da vila, um a um. Os traços germânicos são realmente em toda a cidade, não somente na fisionomia de uma parte do povo, com seus olhos azuis e cabelos loiros, mas também na arquitetura das casas. Também nos próprios costumes e tradições dos santa-cruzenses a influência dos colonizadores alemães é inegável.

No entanto, quando se fala em Santa Cruz do Sul foi erguida e impulsionada pela mão dos imigrantes e ainda hoje é empurrada pelo brio herdado pelos ancestrais germânicos, os negros santa-cruzenses, que se assumem como tal, sentem-se atingidos, e os mais arrebatados classificam como injusta esta discriminação.

Embora haja poucos documentos que comprovem o fato, a verdade é que os negros também participaram da povoação, crescimento e desenvolvimento de Santa Cruz do Sul e continuam a fazê-lo.

Segundo explicou o professor Hardy Martin responsável pelo Arquivo Histórico, a escravidão de negros não chegou a ser tão significativa na cidade comparativamente às vizinhas, porque era proibida aos colonos alemães que em Santa Cruz eram a maioria, a posse de escravos. No artigo 8º da Lei nº 304, sancionada pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 30 de novembro, estava determinado que “os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos, ou por meio de pessoas assalariadas: não poderão fazê-lo por meio de escravos ou alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja”.

Os negros que vieram a Santa Cruz foram trazidos pelos portugueses ou brasileiros que aqui residiam, a quem a manutenção de negros em regime de escravidão era permitida e bastante comum, o que justifica o pequeno número de escravos que se têm prova.

A única referência á população negra da cidade na época da colonização pode ser encontrada num relatório feito pelo diretor da Colônia de Santa Cruz, João Buff e remetido à Província. Nele consta que, em fevereiro de 1856, ou seja, sete anos depois da chegada dos primeiros imigrantes, havia na localidade do Faxinal 10 escravos e na Picada Rio Pardinho, 3 escravos, mantidos por brasileiros que ocupavam as terras santacruzenses.

O professor Hardy Martin esclareceu, contudo, que, mesmo com a proibição da escravidão de negros para os colonizadores, não se têm como garantir que os imigrantes não mantivessem negros em suas propriedades de forma clandestina, em locais não muito freqüentados de suas colônias. Isto deixa supor que o número real de afro-gaúchos que chegou a Santa Cruz do Sul era muito maior do que os levantamentos oficiais.

Os agricultores alemães mantinham também muitos negros que fugiam das fazendas de portugueses e brasileiros das localidades vizinhas, mas a dúvida que fica, segundo o responsável pelo Arquivo Histórico da cidade, é se estes recebiam remuneração por seu trabalho ou apenas o necessário para a sobrevivência.

Hardy Martin garantiu, entretanto, que os negros foram sempre muito bem tratados pelos descendentes de colonos alemães com os quais aprenderam inclusive a língua e os costumes. Saliou ainda que, embora não existem documentos ou estudos que possam comprovar o fato, sabe-se com certeza que os colonizadores germânicos e seus descendentes jamais chegaram ao estágio de tortura de negros, o que era muito comum entre os portugueses, uma vez que não tinham conhecimento destes meios de repressão (fonte: Gazeta do sul, 14/05/1988, p.10).

O interessante que o renomado professor Hardy Martin tem certeza, mesmo não tendo provas, que os imigrantes alemães tratavam bem os negros e

que não conheciam e nem praticavam a tortura dos mesmos. Por outro lado, quando fala na possível existência de escravos na colônia, deixa transparecer certa dúvida. As perguntas que ficam são: os negros não eram torturados, por não haverem negros na colônia? Ou os negros escravizados não eram torturados pelo espírito de forte compaixão dos imigrantes que não compactuavam com a violência? O fato é que toda a responsabilidade negativa é atribuída aos colonizadores portugueses e aos brasileiros, hábito comum entre os descendentes de imigrantes alemães remanescentes no atual município de Santa Cruz do Sul.

O importante que mesmo não havendo provas documentais em quantidade suficientes da existência de africanos cativos nas colônias de imigrantes alemães de Santa Cruz do Sul, temos fortes indícios e indicadores que nos levam a acreditar nesta possibilidade. Mas podemos ter como certo que havia negros na região da Colônia de Santa Cruz, e eles foram parte integrante e participaram ativamente na edificação deste município, mas em troca receberam a indiferença de um racismo velado, camuflado e contundente que condenou os afrodescendentes santa-cruzenses a um processo de ignorância histórica que marca a alma desse povo tão sofrido, tanto quanto as chibatadas marcavam a pele de seus antepassados.

INJUSTIÇAS HISTÓRICAS MANTÉM A DESIGUALDADE

Embora não se saiba quase nada sobre os verdadeiros caminhos dos descendentes de africanos no Brasil, da qual a falta de identidade afro na maioria dos negros brasileiros é um eloquente sintoma, há algumas estatísticas interessantes, quando não preocupantes, sobre a realidade vivida pela população negra no Brasil.

Como não há levantamentos exatos sobre o número de pessoas negras ou descendentes no país, estimativas recentes avaliam que, dos 140 milhões de habitantes brasileiros, cerca de 60 milhões sejam parte do grupo étnico negro, o que dá ao Brasil o pouco conhecido segundo lugar em população negra do mundo, perdendo somente para a Nigéria e superando até mesmo a África do Sul.

Outro lado alarmante é quanto a remuneração recebida pelos negros brasileiros. As estatísticas demonstram que os brancos representam hoje 57 por cento da força de trabalho, segurando 72 por cento dos rendimentos, enquanto que os negros, que constituem 40 por cento da força de trabalho, recebem apenas 25 por cento de rendimento. Isto permite deduzir que a renda mensal média dos trabalhadores negros e pardos é muito inferior a dos brancos, o que explica claramente as diferenças sociais existentes entre estes.

Em pesquisa realizada pela CNBB para a campanha da fraternidade deste ano que tem como tema o negro e o preconceito racial, foi levantado também que o chefe de família branco, na data em que foi feita a estatística, recebia em média 4,8 salários mínimos, enquanto que para um chefe de família negro a renda era de 1,7 salários mínimos e para o pardo 2,5.

Também quanto à carteira de trabalho e a situação de emprego, os negros são desprivilegiados. A partir do levantamento efetuado, registrou-se que 48,1 por cento dos trabalhadores e 66 por cento das trabalhadoras negras não possuíam carteira de trabalho assinada, enquanto que entre os brancos era muito menor: 28,2 por cento dos homens e 39,6 por cento das mulheres sem o seu documento de trabalho regulamentado. Isto deixa entrever o grande número de subempregados existentes entre a população negra.

No que se refere a educação, o estudo apontou que entre os brancos a média de tempo de estudos é 4,8 anos, o que significa quase o dobro dos negros que tem uma média de 2,1 anos de estudo. Por outro lado, enquanto que entre os brancos 20 por cento da população é considerada sem instrução, entre os negros este número pula para 41 por cento, ou seja, o dobro. Já com mais de nove anos de escolaridade, conforme o censo de 1980, são encontrados 16 por cento de brancos e apenas 4 por cento de negros.

NOMES

Um outro ponto muito curioso no que se refere aos negros brasileiros diz respeito aos nomes e sobrenomes. Enquanto que uma parte da população

tem como segundo termos evidentemente estrangeiros, que deixam entrever de forma clara sua antecedência, os sobrenomes realmente brasileiros como Silva, Carvalho, Silveira, Oliveira, etc. comumente representavam indivíduos de origem negra ou parda.

Tal fato é também explicado historicamente e tem relação profunda com o aniquilamento da identidade afro. Ao ser embarcado, o africano escravizado tinha seu nome substituído por um prenome lusitano (do tipo Maria, João, Joaquina, etc.) acompanhado de sua nacionalidade de origem, agindo como sobrenome. Muitas vezes nem mesmo chegara a ser o nome do seu país de origem, mas do porto em que era embarcado ou de uma região genérica da África.

Chegando ao Brasil, como já não tinha identidade africana, o negro passou a utilizar os sobrenomes comuns do país, muitas vezes impostos pelos próprios proprietários. Estes prevalecem até hoje e fazem pensar que os negros são pelo que indica seu nome, os verdadeiros brasileiros (fonte: Gazeta do Sul, 14/05/1988, p. 11).

Na reportagem acima as questões levantadas pela notícia, mostram a realidade das dificuldades sociais impostas aos afrodescendentes que foram historicamente condenados a condições subalternas na construção da sociedade que conhecemos, onde foram vítimas da discriminação imposta pelo modelo de sociedade que tem o negro como um “ser inferior”. E essa suposta inferiorização reflete nas condições socioeconômicas dos afrodescendentes que foram por séculos marginalizados e suprimidos dos processos sócio-educativos, sempre ocupando as funções mais “humildes” do mercado de trabalho e submetendo-se muitas vezes a atividades temporárias.

Em Santa Cruz do Sul esta atividade temporária sempre esteve ligada a indústria do fumo, onde milhares de migrantes do interior e de cidades vizinhas procuram empregos junto esta indústria como “safrista”, trabalhando entre seis e oito meses, em ambiente insalubre com forte odor, na separação e seleção do fumo. Nos meses restantes do ano o trabalhador tinha que fazer uma atividade suplementar (bicos) para poder sobreviver, o que normalmente reduzia drasticamente sua renda. Os negros santa-cruzenses ou migrados para Santa

Cruz, normalmente ocupavam estas vagas, quando não ficavam desempregados, tendo uma renda anual baixa e pouca formação educacional, moravam em bairros periféricos que aos poucos foram se constituindo em um imaginário social xenofóbico que discrimina os seus moradores. No artigo abaixo do jornal Gazeta do Sul de 23/01/1979 , podemos ter bem claro este sentimento:

OS MARGINAIS

O problema da marginalização e das crianças desamparadas ameaça assumir proporções insustentáveis em Santa Cruz, se continuar crescendo assustadoramente o número de famílias sem recursos que se instalam nas áreas periféricas da cidade, grande parte delas vindo do interior e de outros municípios, numa migração perigosa e muitas vezes até incentivadas pelos administradores das localidades de origem dessas famílias.

Os órgãos e entidades assistenciais de Santa Cruz, embora tenham ampliado consideravelmente a sua capacidade de atendimento, estão sem condições de absorver a verdadeira avalanche de marginais que aqui chegam, sonhando com grandes oportunidades, atraídos pela fama da cidade industrial de pleno emprego.

Se cada comunidade tratasse de resolver os seus próprios problemas, ao invés de transferi-los para os outros, sem dúvida as soluções seriam facilmente encontradas. Isto, infelizmente, nem sempre ocorre. Consta que existem Prefeituras que até pagam passagem para que seus mendigos e marginais se transfiram para outras cidades, na vã esperança de encontrarem as condições de vida que tanto sonham, mas todos sabemos que estão sendo despejados numa vala comum de miséria, fome, ociosidade e doença, uma efficientíssima escola de delinquência para crianças, adolescentes e até adultos (SKOLAUDE, 2008, p. 65).

Assim tanto a comunidade afrodescendente que migrou para Santa Cruz, quanto o negro nativo da cidade são jogados na vala comum da marginalidade social, onde a senha para a discriminação é a cor da pele e o bairro de moradia. E um bairro em especial ocupa uma posição de destaque neste imaginário social, o Bom Jesus (Camboim) que na sua maioria são moradores negros e pardos, vivem

numa condição de *apartheid* social, como se existisse outra sociedade dentro da cidade de Santa Cruz do Sul. Como podemos notar na reportagem do jornal Gazeta do Sul de 27/01/1979, abaixo:

A POPULAÇÃO CRESCE, A MISÉRIA MAIS AINDA

O bairro Bom Jesus, que já é o mais populoso da cidade, possui em torno de quinze mil habitantes. Incha assustadoramente, pois a cada dia recebe novas levadas de imigrantes do interior. Se a população aumenta, a pobreza mais ainda. A miséria e a fome andam parelhas com a marginalidade e a desesperança. O hoje já não existe e o que será do amanhã? O matadouro velho abriga em torno de 30 famílias e perto de 200 pessoas amontoadas em vida promíscua. As doenças abundam: é a sarna, são os vermes, são os piolhos. Quase todo o Camboim encontra emprego apenas na época da safra, de dezembro a julho. Depois é o círculo vicioso da miséria desfilando suas mazelas. As crianças perambulam pela rua, descalça e sem higiene, algumas têm fome (...). A pobreza gera a criminalidade e a prostituição. E a própria zona do meretrício, do outro lado do asfalto, gera mais promiscuidade. É o delírio da miséria! As famílias moram amontoadas, dormem juntos e criam os filhos sem higiene e sem esperança. A cada dia vêm novos habitantes para o bairro, tangidos pelo êxodo rural e sonho de vida fácil. Não encontram trabalho e ficam pelas periferias, armando o barraco em terreno da Prefeitura e vivendo de qualquer jeito. A população cresce, a miséria mais ainda. (...) Todas as raças se encontram no matadouro. Há negros, mulatos e brancos. Ao menos problemas de racismo não haverá (...) (SKOLAUDE, 2008, p. 66 e 67).

Na reportagem acima mostra a discriminação dos moradores do bairro Bom Jesus, onde a “ética protestante” fica clara quando se refere à higiene, ociosidade (trabalho), “... vivendo de qualquer jeito...” (organização) e a moralidade, valores que moldaram o imaginário identitário dos descendentes de alemães como cultura hegemônica de Santa Cruz do Sul.

Assim, a comunidade afrodescendente leva a sua vida suburbana, marcada por uma dinâmica semi-autônoma. Vistos como pobres e estrangeiros em relação à maioria étnica da população, a comunidade afro-descendente sofre o estigma da marginalização. Desde modo, ao

apresentar estes como etnias perigosas, tal discurso torna-os estranhos socialmente e os constitui simbolicamente como figuras estrangeiras (SKOLAUDE, 2008, p. 66).

Esta legitimação do imaginário que considera os negros e pardos, migrantes ou não, moradores de bairros periféricos como “estrangeiros”, estranhos ao convívio social da maioria branca, revela uma clara divisão social que irá caracterizar a vida social, econômica e política de Santa Cruz do Sul durante a década de 1990. Onde esta polarização social irá promover uma acirrada disputa política que será dividida em dois polos, um partido com identificação mais “popular” e seus aliados e um grupo de partidos que representam claramente as forças políticas mais “tradicionais” da elite santacruzense. Onde as argumentações políticas irão revelar o mais violento racismo que por vezes ficou camuflado e reservado as “piadinhas” nas reuniões de grupos de amigos.

No artigo abaixo, vamos ter um anúncio da Igreja Católica falando sobre a Campanha da fraternidade de 1988 que tinha como foco os cem anos de abolição da escravatura. Onde a Igreja em tom de constrangimento, chama os “fiéis católicos” a pensar sobre as condições sociais dos negros nestes cem anos de abolição.

A FRATERNIDADE E O NEGRO

Na quarta feira de cinzas inauguramos o tempo de Quarentena, que culmina na Semana Santa e termina na Páscoa de Jesus. A Quarentena inicia com a cerimônia da benção e da imposição de cinzas na cabeça, sinal de penitencia, de arrependimento de nossos descaminhos e de volta sincera do coração a Deus. Um coração contrito segue dócil a lei de Deus, resumida pelo próprio Salvador no amor a Deus e ao próximo.

Neste espírito de docilidade aos mandamentos de Deus, criamos no Brasil a tradição, já repetida durante 25 anos, de unir penitência e quaresma, na campanha evangelizadora conhecida como Campanha da Fraternidade.

A Campanha da Fraternidade de 1988 parte do fato de celebramos cem anos da abolição da escravatura no Brasil e ao mesmo tempo, após cem

anos, não temos superado os sinais desta chaga social. Queremos superar as consequências escravagistas com o Evangelho na mão, buscando a fraternidade.

Em matéria de estatística, o país com mais negros é a Nigéria, em segundo lugar vem o Brasil. Calcula-se que 43%, quase a metade da população do Brasil, seja de origem negra, o que dá cerca de 60 milhões de brasileiros.

O povo brasileiro é um povo humanitário. Nós não temos racismo brutal, chocante e aberto que outros países têm. Mas racismo disfarçado, latente e real nas consequências, nós temos. Durante esta Campanha da Fraternidade queremos descobrir as atitudes, a mentalidade e a realidade social, econômica, cultural e religiosa onde haja racismo, a fim de purificar o Brasil desse pecado e conseguirmos um Brasil onde reine a justiça e a fraternidade para todas as raças.

Convido, pois, nossos cristãos a participarem dos grupos de famílias fazendo oração, a meditação da Bíblia e as reflexões em família. Quem ainda não conseguiu um grupo, faça a novena da Campanha da Fraternidade em casa e coloque seu coração disponível ao convite de Deus por uma vida santa, como filho de Deus. Faça a Via-Sacra e uma boa celebração da penitência, inclusive uma boa confissão sacramental.

O lema da Campanha é tirado da Sagrada Escritura, no contexto do anseio do povo de sair da escravidão em busca da terra prometida, onde vivesse em liberdade, em união e bem-estar. Deus veio em socorro do povo, suscitou servo Moisés como líder e disse: “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo no Egito. Ouvei o seu clamor por causa de seus opressores. Eu conheço suas angústias. Por isso descí, a fim de libertar meu povo das mãos dos egípcios e fazê-los passar daquela terra boa e vasta, terra onde emana leite e mel” (Ex. 3, 7-8).

Nosso Deus é o mesmo. Ele nos convida a transformar as situações de sofrimento, de injustiça e opressão em cânticos de alegria, paz e libertação. Queremos nosso país superando todas as escravidões e opressões, dentro e fora da Igreja.

Onde não há negros, pode haver racismo. Além da mais, somos corresponsáveis, como povo brasileiro, pelo bem e pelo mal praticado no país. Finalmente, o negro é parte dos marginalizados, mas não é o único. Portanto, onde não há irmãos negros, deve-se assim mesmo fazer a Campanha da Fraternidade, buscando a superação das dominações sobre o povo negro e sobre qualquer pessoa da comunidade.

É certo que o povo tem uma grande contribuição a dar a sociedade e à Igreja. Vamos acolher este povo e seremos todos um povo multi-racial mais feliz. Pedimos à Mãe de Jesus Cristo, mãe de todo o povo seguidor do Evangelho, que acompanhe com ternura materna esta nossa Campanha da Fraternidade 1988. Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, ajude-nos a estabelecer vínculos entre nós, como convém ao povo de Deus!

Dom Sinésio Bohn

Bispo Diocesano (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 20/02/1988, p.20).

A manifestação da Igreja Católica no artigo acima, através do Bispo de Santa Cruz do Sul, mostra que o racismo mesmo que não violento como de outros países, persiste na sociedade brasileira numa forma velada. A justificção que o nosso racismo brasileiro não é violento, lembra Roberto Freire e seu “mito da democracia racial”, onde segundo ele o nosso país teve um racismo mais complacente e menos violento. Mas a violência não está somente na chibata, ela está na falta de oportunidades, na falta de educação, na falta de história. A dualidade do senhor de engenho e escravo, casa grande e senzala, branco e negro, rico e pobre, bom e mau, estão presentes no imaginário social brasileiro e caracterizou as relações sociais entre brancos e negros desde o Brasil Colônia.

O preconceito racial era inerente ao modelo assimétrico de relações de raça, porque era um elemento necessário para basear as relações escravo-senhor, ou liberto-branco na “inferioridade natural” dos negros e no eficiente rendimento da escravidão na subjugação dos escravos e libertos. Ao mesmo tempo, a discriminação era inerente à ordem escravocrata e senhorial, em que eram rigorosamente prescritos o comportamento adequado, os trajes, a linguagem, as ocupações,

obrigações e direitos do escravo e do liberto. A persistência dos dois elementos após a desintegração da escravidão explica-se pelo fato de não haver o sistema de classes destruído todas as estruturas do *ancien regime*, principalmente as estruturas das relações de raça (FERNANDES, 2007, p. 91).

Apesar dos imigrantes terem vindo para o Brasil numa época posterior, ao Brasil colônia, com uma religiosidade que não tolerava a escravidão, muitas das características da elite social brasileira foram absorvidas pelos imigrantes e seus descendentes. E a dualidade engendrada na sociedade colonial brasileira que se caracteriza como um sistema de classes em sua época, vai se perpetuar no pós-escravidão, tendo como justificativa da modernidade a pobreza do negro em decorrência de sua suposta “inferioridade”. Então as mesmas estruturas coloniais serão usadas para justificar as diferenças sociais na sociedade santa-cruzense, onde o negro é considerado “relaxado”, “preguiçoso” e “imoral”.

E são com esses valores do período colonial aliados aos trazidos pelos primeiros imigrantes, como a “ética do trabalho”, que os descendentes de alemães irão construir seu imaginário identitário, moldando a sociedade santa-cruzense numa espécie de redoma de vidro, rejeitando tudo o que é externo. Assim rejeitam o indivíduo negro que ocupa a mais baixa posição da escala social brasileira e tudo que não é “puro”, que não tem forte ligação aos antepassados germânicos, rejeitam o português, o índio, o mestiço e o resultado dessa mistura, o brasileiro.

HINO DE SANTA CRUZ DO SUL

Por sobre as nossas lindas terras
Loiro imigrante andou
Transpôs as nossas verdes serras
E longe do lar chorou... chorou !
Mas, nosso dadivoso chão,
Como enorme coração,
Desvendou-lhe a sorrir
Mil promessas de provir.

Deus te salve, terra amiga,
Santa Cruz fiel,
Santa Cruz gentil,
Onde reina a Paz,
Onde brilha a Luz,
Sob o lenho de Jesus!

Ao sol ardente destes céus
Acenderam-se os ideais
Nas forjas surgem os troféus
E na campina em flor as catedrais
E foi brotando deste afã
Da bravura alemã
A cidade crente e santa
Que sua Cruz ao sul levanta.

(fonte: <http://letras.mus.br/hinos-de-cidades/1655033/>)

No hino de Santa Cruz podemos sentir essa exaltação aos antepassados, onde o loiro de olhos azuis e a bravura alemã irão representar a divinização dos imigrantes alemães. Onde, pelo menos no hino, a cidade está livre da interferência “estrangeira”, e apenas os imigrantes e seus descendentes seriam capazes de enfrentar às dificuldades e construir uma cidade próspera e desenvolvida.

A dualidade que caracterizou a sociedade santa-cruzeira entre descendentes de alemães e brasileiros (negros, pardos e não descendentes), vai se intensificar nos anos de 1980, onde grandes eventos irão caracterizar esta bipolarização social. Como a criação em 1983 do concurso “a mais bela negra do Rio Grande do Sul” que tem como sede a cidade Santa Cruz do Sul. Por outro lado, os sentimentos germânicos afloram na primeira edição Oktoberfest em 1984, que projeta a cidade a nível nacional, como importante centro de cultura alemã.

Mas Santa Cruz do Sul continuará a viver com esta bipolarização social durante os últimos anos do século XX, onde sociedades e clubes como o Sport

Clube Corinthians, conhecido por ter sido o primeiro time de basquete fora de São Paulo a ganhar a Liga Nacional de Basquete em 1994 e diversas vezes campeão gaúcho desse esporte, permitiu somente em 1983 a entrada de negros em sua sociedade. Abaixo podemos ler o testemunho de Reginaldo Campos, ex atleta de basquete do Sport Clube Corinthians:

“No final da temporada quando todos os meus colegas ganhavam carteirinha de atleta que dava direito a freqüentar a piscina do clube, eu não ganhava. Meu pai mandou uma proposta de sócio e esta foi vetada pela sociedade. Eu nunca tive acesso ao fardamento de treinamento, enquanto os outros ganhavam calção, meia e camiseta, eu tinha que trazer tudo de casa. Na divisão dos quartos, todos já tinham seus colegas. As brincadeiras tinham sempre alguma piada envolvendo negros, mesmo que não fosse por maldade.” (WEIS apud SKOLAUDE, 2008, p. 107)

O depoimento acima nos relata uma triste realidade do preconceito santacruzense, onde um jogador de basquete negro era impedido de frequentar a área social do clube que defendia. Mas o racismo da cidade não se resumia a este clube, outras entidades sociais proibiam a “mistura” entre negros e “alemães”, chegando a haver bailes exclusivos para negros e para brancos, onde o negro não entrava no baile do branco, mas o branco poderia entrar no baile dos negros.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

(Nelson Mandela)

3 - A DISCUSSÃO RACIAL EM SANTA CRUZ DO SUL NO NOVO SÉCULO

Com o começo de um novo século e a chegada de um novo milênio, o mundo abre os olhos para o combate ao racismo, e a Declaração de Durban ou Conferência Mundial contra racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, torna-se um marco, transformando-se num importante passo no combate a todos os tipos de discriminações existentes no planeta.

Nesse contexto o Brasil, o estado do Rio Grande do Sul e a cidade de Santa Cruz do Sul, não poderiam ficar à margem das transformações nas relações intersociais que se clamava pelo mundo afora. E com a Lei de Cotas criada pelo governo federal e replicada nos estados e municípios, uma discussão importante para os povos discriminados começa a ser alvo das discussões acaloradas das mais diversas vertentes sociais, provocando as “paixões” dos defensores das novas leis e dos contrários às políticas afirmativas, políticas essas que pretendem apenas repor um pouco da dignidade que os séculos de escravidão levaram dos povos afrodescendentes. No texto abaixo, publicado no Jornal Gazeta do Sul na coluna Opinião de 16 de setembro de 2013, Sandro Nascimento graduado no curso Educação, Cultura e Acessibilidade pela UFRGS, cidadão negro santa-cruzense, fala sobre racismo em Santa Cruz do Sul:

Outro dia, ao tentar sentar em uma cadeira nas tão famosas mesas da Marechal Floriano, esbarrei em uma cadeira. Nada muito grave, até o momento em que uma pessoa sentada na mesa ao lado olhou para trás e com o ar de espanto, ao ver que se tratava de um negro, não titubeou, de salto agarrou sua bolsa que estava em uma cadeira próxima e a abraçou com todas as forças do mundo. Fiquei tentando imaginar o que se passou na cabeça daquela pessoa naquele momento, pois o olhar denotava puro medo e receio de ter ao seu lado uma pessoa negra, naquele ambiente dito de elite. Fiquei sem saber o que fazer, se sorria ou reprimia tal atitude. Para não criar tumulto, fiquei ali aproveitando a noite e analisando aquele grupo de amigos que se encontrava na mesa ao lado. Assim pude notar que se tratava de pessoas cultas e os assuntos abordados por eles

também eram de meu interesse. Nesse instante, me ocorreu que se uma pessoa culta tem aquela atitude, aquela postura, o que esperar dos menos esclarecidos culturalmente? Então comecei a divagar sobre como a nossa e nem tão “Santa” Cruz é preconceituosa.

Vejo diariamente propaganda do comércio local que não veicula a imagem de uma pessoa negra, como se estas mão fossem consumidores frequentes de seus produtos e nem cidadãos contribuintes que ajudam no crescimento de nossa cidade. Quando veiculam a imagem de uma pessoa negra é quase sempre sendo subserviente a uma pessoa de cor clara (entendo que, assim como em tudo, existem as exceções e a essas agradeço). Nós, os negros, sofremos diariamente um processo de subjetivação onde nos dizem: sabemos que vocês existem, porém vocês são bons para nós permanecendo ali nos bastidores.

Esse processo fica cada vez mais claro ao ver uma vaga de emprego onde exigem que se fale, por exemplo, o alemão e, por consequência, a pessoa precisa impreterivelmente ser branca (tenho um amigo negro que fala fluentemente o alemão e teve trabalho negado porque o estabelecimento achou que seu público não iria aceitar ser atendido por um negro). Outro fato é a maneira como a mídia vende a cidade, como sendo a cidade de alemães, dando a entender não haver aqui outras etnias. Outra curiosidade são os bonecos Fritz e Frida, logo na entrada da cidade. Os quais, ao meu ver, mais uma vez estão subjetivando ser a cidade constituída de fritz e fridas. Ora, me parece ser lógico que sendo a cidade de “Santa Cruz” seria certo existir naquele local algo condizente como nome dela, como a cruz que temos no Monte Tabor ou Morro da Cruz. “Seja bem-vindo à cidade de Santa Cruz.”

Em relação aos bonecos haverá quem discorde, dizendo que eles são para o bem da festa, mas acredito que João de Faria Rosa não sabia o monstro que estava criando, pois até mesmo suas terras foram desapropriadas. Bom, como consta no próprio site da Prefeitura de “Santa Cruz”, nos primeiros tempos havia aqui a mão de obra escrava e com isso não podemos legitimar algo ou aquilo que cresça segregando uma ou outra etnia.

Não quero com estas linhas (por mais que pareça) levantar uma bandeira racial, quero sim abrir a mente para algo que divulgamos como extinto em nossa cidade: o preconceito para com o próximo. Sendo assim, acredito ainda poder ser testemunha do dia em que poderei sentar ao sol ou à sombra, em uma calçada de minha cidade, e dizer ao amigo (a) da mesa ao lado que aos pés da “Santa Cruz” somos todos iguais e nossas diferenças se encontram somente ali, no horizonte do saber. (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 16/09/2013, p. 10)

No texto acima o autor, mexeu com problema recorrente em Santa Cruz do Sul, o racismo velado, um preconceito camuflado e quase sempre negado pelos atores sociais que promovem a discriminação, mas não se dignam a assumir sua atitude, não possibilitando a correção do mesmo. Outra “ferida” que o autor toca, está na fase inicial da colonização alemã que mesmo sendo a escravidão proibida em áreas de colonização, de alguma forma o processo escravocrata sobreviveu na região de Santa Cruz, onde relato de J. Bittencourt de Menezes em seu livro de 1914, dos anais do município de 1878 até 1889, onde no mês de agosto de 1887 do relatório da Câmara para a Assembleia Provincial se destaca os seguintes dizeres:

Estando, ha tres annos, o município livre de escravos, pedia a Camara que a Assembléa estabelecesse um imposto de rs. 500\$000 sobre o possuidor de cada escravo, que d’ora em diante venha residir no município, embora não fosse transferida para este a respectiva matricula. (MENEZES, 1918, p. 150 e 151)

Portanto, se há apenas três anos não houvesse registros de escravos em Santa Cruz do Sul em 1887, o que nos leva a acreditar que existiam escravos até 1884 e que esses a partir de 1887 já libertos, provavelmente viviam na região se submetendo a trabalhos semiescravos, como todo o negro livre no pós-escravidão brasileiro.

Mas o processo de resgate da dignidade desses brasileiros está sendo lento e paulatino, rompendo com as amarras da indiferença social e da discriminação que antes era pela condição social de escravidão e agora é pela condição de pobreza ao qual estavam imersos os africanos e seus descendentes.

O dilema social constitui um fenômeno sociológico essencialmente político. Ele tem raízes econômicas, sociais e culturais; produz efeitos ramificados em todas essas direções. Todavia, a sua própria existência só é possível graças a certas estruturas de poder, que o tornam inevitável e necessário. E sua perpetuação, indefinida ou transitória, indica mais que isso, pois testemunha não só que grupos, classes ou raças dominantes são capazes de manter tais estruturas de poder, mas que, ao mesmo tempo, grupos, classes e raças submetidos à dominação são impotentes para impor sua vontade e corrigir a situação (FERNANDES, 2007, p. 289).

No texto acima, Florestan Fernandes consegue sintetizar o processo pelo qual o negro mesmo depois de ter conquistado sua “liberdade” teve tantas dificuldades sociais, na sua inserção na sociedade capitalista moderna. Mais que simplesmente não serem “capacitados intelectualmente”, não era de interesse da sociedade capitalista branca de capacitá-los, mantendo sua condição inicial de subserviência aos interesses desta sociedade. Portanto o processo inserção dos negros nessa sociedade foi totalmente indiferente aos seus problemas e as dificuldades que iriam enfrentar, negando o seu direito a plena liberdade, fechando-lhes as portas da ascensão social, política e cultural.

Uma das alternativas encontradas para romper o círculo vicioso da miséria dos povos afrodescendentes, começa a ser discutidos nas políticas afirmativas que começam no Brasil durante o governo Lula. Mas as forças reacionárias do poder instituído se revezam em “torpedear” essas iniciativas e a discussão vai desde o reacionário “mal intencionado” até o “inocente” “mal informado”. E essa discussão chega a Santa Cruz do Sul e nos dois textos a seguir teremos duas opiniões totalmente antagônicas que foram publicadas no Jornal Gazeta do Sul, o primeiro de autoria de um Bacharel em Direito e servidor federal aposentado e o segundo do Doutor em História Professor Mozart Linhares da Silva.

COTAS RACIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Dilma Rousseff envia ao Congresso projeto que determina 20% das vagas em concursos federais para negros. “Nós queremos, com essa medida, iniciar a mudança na composição racial dos servidores da administração

pública federal, tornando-a representativa da composição da população brasileira”, argumenta a presidente.

Governo oportunista de proposta demagoga e de propaganda eleitoral. A população presente não pode pagar pelos erros do passado que ela não praticou. Enquanto se abre oportunidade somente ao negro, esquecem os seus defensores que estão marginalizando as demais classes sociais pobres. O elogiável é ver todas as raças sendo contempladas com projetos equânimes.

Não se pode pretender fazer justiça quando se abre outro flanco de injustiça. O que o governo brasileiro não faz é dar educação pública (escola) de alta qualidade para todos, de forma a nivelar o conhecimento e, a partir daí, os cidadãos, independente de matiz da pele, terem condições de disputar em igualdade os seus lugares nos diversos campos de atividade.

Ora, não havendo preconceito racial e social no Brasil, o equilíbrio das classes sociais nos diversos campos de atividades se dará naturalmente pela competência da cada uma. Na verdade o que ainda existe, no Brasil, é a mazela do preconceito em vários níveis. É isso que tem que ser combatido com políticas públicas eficazes.

A nossa sociedade, por exemplo, machista, não digere com facilidade a ascensão da mulher no cenário mundial. Por outro lado, o fato de haver poucas mulheres no Parlamento, se não for uma discriminação dos partidos, é porque ainda é diminuto o interesse dela em particular do processo eleitoral. Quanto ao emprego público, a igualdade racial deve ser atingida através da meritocracia e não por políticas abusivas de cotas. Se o negro pobre não pode pagar um cursinho, comprar livros ou ter acesso a internet para se preparar à aprovação em um concurso público, da mesma forma ocorre com as demais classes sociais pobres brasileiras. A igualdade de tratamento tem que ser geral, de acordo com o disposto no Art. 5º de nossa Constituição Federal.

O que temos que combater, senhores, é a chaga do preconceito. Não vejo como democrática e racional a imposição paritária de homens e mulheres, de brancos, pardos, negros, etc., nos diversos segmentos de uma

sociedade politicamente organizada (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 13/11/2013, p. 10).

No texto acima o autor destila todo o seu preconceito contra os afrodescendentes, disfarçado de uma pretensa “boa intenção” de defender uma política de cotas para a população pobre. Sem querer discutir o mérito da proposta, mas com a certeza que a mesma é apenas um pano de fundo para desfocar e desqualificar a discussão referente as proposta de políticas afirmativas que tem como único objetivo a restauração gradativa dos direitos e oportunidades que por séculos foram negados aos africanos e seus descendentes.

COTAS: DEBATE (NÃO) QUALIFICADO

A sociedade brasileira tem, nos últimos anos, a oportunidade de levar a sério umas das mais candentes questões históricas do país: o debate sobre o racismo e desigualdade social. Debate este que fora desencadeado pela discussão acerca das políticas de ações afirmativas, sobretudo as cotas raciais, que desde 2003 estão presentes na agenda política do Estado. O debate, no entanto, encontra pouco eco qualificado nos meios de comunicação, onde pululam opiniões desinformadas, quando não, evidentemente, preconceituosas. Historicamente fugimos das questões de fundo que implicam na organização da sociedade brasileira. Entre todas essas questões é preciso destacar o racismo. Tomar posição contrária à política de cotas é uma coisa, mas sustentar, para tal, argumentos que negam o racismo na sociedade brasileira, é outra. Não se pode mais sustentar argumentos passadistas e conservadores que negam o racismo no Brasil frente a uma caudalosa literatura que aponta o contrário.

Desde os anos 1950, inúmeras pesquisas demonstram claramente que o racismo é um dos grandes fatores estruturantes de nossa desigualdade social. Pobreza tem cor no Brasil. Qualquer argumento contrário é desconhecer o assunto. Os últimos censos não deixam margem para dúvida. Trabalhos importantes e atuais como dos (as) pesquisadores (as) Rosana Heringer, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Carlos Hasenbalg, Andréas Hofbauer, Marcelo J. P. Paixão e Lilia Moritz Schwarcz, para citar apenas alguns, explicitam as armadilhas do racismo brasileiro. Dentre

essas armadilhas, a mais perigosa é justamente a negação do racismo. Desde os anos 1930, vivemos a ilusão de uma “democracia racial”, uma “ideologia” que está inscrita em nossa “identidade nacional” que nos torna não apenas cegos, mas cinicamente indiferentes ao preconceito racial. Negamos publicamente o racismo, jamais admitimos, do ponto de vista pessoal, que somos racistas. Achamos que se vivemos em uma sociedade não racista e, portanto, igualitária, o que importa para ascensão social é o chamado mérito pessoal, bastando para isso que continuemos crentes no princípio de nossa igualdade jurídica. Nada mais tributário da hipocrisia social.

Alguns dados merecem atenção: “Nos quatro últimos anos, 91% das crianças que foram adotadas no Rio de Janeiro tinham até quatro anos e cor clara...” (Folha de São Paulo, 03/2004); 91% dos jovens negros de Estado de São Paulo já foram abordados pela Polícia. (fonte: Datafolha, 2004). Em 2008. 40,9% das mulheres pretas e pardas nunca haviam feito mamografia, contra 20,9% das brancas (Estadão, 04/2011); dos 22 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza extrema, 70 % são negros, e dos 53 milhões de pobres, 68% são negros (IPEA).

Afinal de contas, para que admitir o racismo, se isso implica em suspender nossos privilégios sociais? Não preciso placas segregacionistas nas portas das universidades para se garantir que não brancos sejam barrados (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 16 e 17/11/ 2013, p. 3).

O debate acima deixa bem claro o antagonismo das discussões e a aspereza do embate em torno do assunto, levando-nos a concluir que as diferenças existentes nas opiniões sobre o tema, ainda são bastante acentuadas. Normalmente o grupo contrário às políticas afirmativas em Santa Cruz do Sul, tem um grande apoio de boa parte da população, influenciado pelo pensamento hegemônico aliado a necessidade de pertencimento identitário à etnia germânica. Assim os contestadores destas políticas se apropriam de causas pretensamente justas como políticas afirmativas para pessoas pobres, com o intuito de manter o *status quo* social, onde o afrodescendente pelo dogma da cor fica relegado à condição de inferioridade social.

Na afirmação do professor Mozart, “No Brasil pobreza tem cor.” Ele conseguiu sintetizar o tamanho do “crime social” que a sociedade brasileira tem sistematicamente cometido contra a comunidade afrodescendente. Isso não quer dizer que não existam “brancos” pobres, mas que estatisticamente a população negra e parda são a esmagadora maioria dos miseráveis brasileiros, onde sua condição social é condicionada a cor de sua pele.

E numa cidade como Santa Cruz do Sul colonizada por alemães, onde nos últimos quarenta anos, se alimentou a fantasia germânica, as dificuldades impostas à comunidade afrodescendente foram potencializadas. No texto abaixo do jornal Gazeta do Sul na seção “Em Sintonia”, mostra como o sentimento de germanicidade é realimentado pela mídia local.

MUNDOS QUE HABITAM

Mundos diversos me habitam. Um é o mundo interior onde minha alma e meu harter Kern – o cerne que me constitui no ser que sou – tem morada; e o mundo exterior. Fora de mim habitam diferentes dimensões e espaços, dos quais a Wilde Heimat e a zweite Heimat são os meus preferidos.

Vivencio intensamente a esses mundos, todos eles com mais ou menos assiduidade. Meu universo interior é meu refúgio, minha seara, meu ponto de encontro com minha essência. Nele navego entre céu e terra, nele cultivo a leveza de meu ser, meu jardim particular. Semeio serenidade, lavro canteiros de sonho, de poesia e de amor. Ladeio meu mundo interior com frondosas árvores de cortesia, de gratidão e de consideração para protegê-lo, para mantê-lo livre das pragas de desamor. Em meu mundo exterior, a Wilde Heimat é um pouco a extensão de mim mesma. Nela me entendi por gente. Ali ficaram impressos meus primeiros passos, meus primeiros sonhos. Neste ambiente silvestre me reconheço em cada árvore, identifico-me com sua vida que brota copiosa, terra fértil a fomentar a florescência, a frutificação. Mesa farta posta pelo Criador. Em cada estação do ano, sabores e cores múltiplas a atraírem, a saciarem a fome de muitas vidas comigo compartilharam vida. Desde a saracura, o jacu, o sabiá que ao alvorecer me tiram dos braços de Morfeu; a jataí, a borboleta diligente por sobre a florescência exuberante; o ganso, o quero-quero, a tartaruga em meio ao gramado e o pomar, até a notívaga coruja que

anuncia o fim do crepúsculo. A wilde Heimat é minha fonte de energia, onde minhas forças se renovam para meu fazer profissional, vocacional.

Minha wilde Heimat insere-se no coração da Kolonie Santa Cruz. Terra abençoada, fonte e sumo para as vidas que me antecederam, que nela depositaram seus sonhos, suas esperanças, que nela preservaram calejaram suas mãos e com seu suor construíram Santa Cruz em que viceja nossa vida. Os que nos precederam depositaram-na em nossas mãos para que continuássemos sua obra. Sejam, pois, artífices de nosso espaço coletivo para os que virão depois. De nosso empenho dependerá legarmos flores ou espinhos.

Para além de minha amada Santa Cruz, existe minha zweite Heimat. Toda vez que lá ventos benfazejos me conduzem, levo comigo um pouco da saudade dorida, sentida pelos meus antepassados que de lá saíram e nunca mais puderam em seu solo voltar a pisar. Transponho o Oceano pelos seus filhos e netos que nunca a conheceram, mas que cultivam laços indelévels com ela através da língua, das tradições e dos hábitos incorporados ao seu harter Kern e ao seu lugar de viver. Toda vez que meus pés tocam o solo alemão, sei que bem no fundo, entre veios de água cristalina, entre rochas subterrâneas, repousa a minha raiz primordial.

Em tempo de voltar à Alemanha, percebo o quanto meus elos com o passado e com o presente se fortaleceram em mim e o quanto incorporo cada vez mais Tübingen, Deutschland, como minha zweite Heimat (fonte: Jornal Gazeta do sul, 24/09/2013, p. 03).

A sutileza poética do texto não consegue disfarçar a carga ideológica que carrega, onde os valores identitários germânicos são os norteadores da sociedade santa-cruzense. Identificando essa etnia como a construtora da “ilha de prosperidade” chamada Santa Cruz do Sul, onde se ignoram outras etnias que possivelmente foram também atores da edificação desse município, legando aos descendentes alemães o bônus do intento. O sentimento à “Pátria Mãe” remete à necessidade de negação da terra de acolhida, onde tudo e todos que não pertençam ao seletto grupo de descendentes de imigrantes alemães, em especial os afrodescendentes, são estranhos no olhar xenofóbico santa-cruzense.

Nós, os alemães, era uma fantasia que misturava um pouco de arrogância, bastante solidão e uma ilusão ingênua, pois não só não tínhamos nascido na Alemanha: pouquíssimos de nós a conheciam, e quando eventualmente fomos até lá, nosso alemão, nosso vocabulário, nossos desconhecimentos, eram muitas vezes objeto de estranheza ou riso de parte de nossos pretensos “compatriotas” (LUFT, 1998, p.337).

O que a autora santa-cruzense, Lia Luft nos coloca no texto acima é que o mesmo preconceito xenofóbico que os descendentes de imigrantes alemães dispensam aos ditos “brasileiros” são também vítimas quando estão na pretensa “Pátria Mãe”.

Durante o ano de 2001 um amplo debate sobre o tema racismo foi travado na comunidade santa-cruzense, tendo como motivador o hino da cidade, onde dizeres como “...loiro imigrante andou...” ou “...E foi brotando deste afã/Da bravura alemã...”, foram considerados racistas e discriminatórios, por dar exclusividade ao imigrante alemão na colonização de Sant Cruz do Sul.

HINO DE SANTA CRUZ SERÁ DEBATIDO

O hino de Santa Cruz do Sul será alvo de um debate na próxima terça-feira, às 19:00 horas, na sala de reuniões da Federação Gaúcha do Trabalho e Ação Social/Sine. O objetivo é ampliar a discussão em torno da letra, considerada por algumas pessoas como uma forma sutil de exclusão racial, para colher mais opiniões dos diversos segmentos, incluindo professores, historiadores, políticos e ativistas de movimentos sociais. O encontro será na sede do FGTS/Sine, Avenida João Pessoa, 13, portão C. Maiores informações pelo telefone 713 1885.

O assunto foi lançado em discussões informais entre professores, historiadores e diversos outros profissionais. A partir de agora se pretende realizar debates mais aprofundados, inclusive existe a sugestão de se ouvir a comunidade sobre a possibilidade de mudar as frases da letra em que se fala da “bravura alemã” e do “loiro imigrante”, trechos considerados excludentes. Além da questão racial está sendo analisado o gênero, pois o hino não fala das mulheres.

Iuri Azevedo, integrante do grupo que iniciou a polêmica, explica que a intenção é discutir sem radicalismos. “o debate serve para que a gente tenha a melhor proposta possível para ver o que se pode fazer. Existem pessoas que até pensam em mudar a letra, mas isto vamos analisar adiante”, observa. “Primeiro queremos fazer um debate bem consciente, levando até mesmo as pessoas que são contrárias à alteração para ouvir suas posições.”

HISTÓRIA – Azeredo avalia o período da imigração. “Só porque havia um número maior de alemães naquela época não justifica que uma criança, nos dias de hoje, seja obrigada cantar um hino que só fala dos alemães. Ela vai se sentir excluída da própria cidade, sem se sentir uma parte dela”, lamenta. “Na verdade queremos compartilhar o valor de todas as etnias na construção de Santa Cruz. Não se trata de uma cidade germânica apenas, mas de vários outros povos, como holandeses, espanhóis, portugueses, negros e índios.”

Segundo ele, o hino santa-cruzense reforça a discriminação racial, ao dar papel exclusivo aos alemães e seus descendentes. E explica que existe literatura a respeito, onde existem fotos que provam a presença de negros e portugueses no período da colonização, como o livro Santa Cruz do Sul, de colônia à freguesia, de Hardi Martin, editado na década de 70.

Mesmo quem trabalha para manter a cultura germânica viva acredita que é importante fazer esta análise. “Não acredito que se tivesse a intenção de discriminar os outros povos que participam da cidade”, comenta Enio Oswaldo Wolf, presidente do Centro Cultural 25 de Julho. “As raízes foram os imigrantes alemães que criaram. Mas concordo que existem outras raças que fazem parte e devem ser respeitadas.” Wolf sugere que seja feito um plebiscito para que a comunidade vote se quer ou não alterações na letra do hino criado em 1963. “Se a comunidade está de acordo, aceite-se e que se contrate um novo compositor para mudar.” (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 2001, 19 e 20/05/2001, p. 09)

A polêmica em torno do fato não só feriu o símbolo do hino municipal, ela desfraldou uma discussão que mexeu com o orgulho dos descendentes de alemães de Santa Cruz, onde a intensificação do debate desbancou a

exclusividade até então atribuída aos imigrantes germânicos na edificação desta cidade. As diferentes etnias que construíram Santa Cruz do Sul, onde entre elas encontramos os africanos e seus descendentes, foram novamente lembradas pelo calor das discussões e a sociedade santa-cruzense teve que se render a um fato que transpõem à fantasia de um “oásis alemão” no centro do estado do Rio Grande do Sul.

POLÊMICA MAGOA AMIGOS DA LETRISTA

A polêmica em torno do Hino de Santa Cruz do Sul tem surpreendido aqueles que participaram de sua criação e que conviveram com a poetisa Elisa Gil Borowski. Autora da letra. Segundo eles, em nenhum momento houve a intenção de menosprezar as outras etnias presentes na comunidade. Aliás, a própria Elisa era de origem espanhola e, de acordo com seus amigos, sempre lutou contra qualquer tipo de injustiça e preconceito.

O Hino de Santa Cruz nasceu, oficialmente, em 1963. Sua história, no entanto, é um pouco mais antiga. Ela começa em 1959, quando a cidade se preparava para receber seu primeiro bispo. A professora de música Anita Maria Horn, regente do coral do Colégio Estadual Estado do Goiás, com seus colegas das escolas particulares, organizou um coro de mil vozes infantis para recepcionar dom Alberto Etges no estádio do Santa Cruz. Foram apresentadas várias canções. Para o encerramento, no entanto, foi reservada *Deus Salve a América*, muito difundida na época. Elisa Borowski adaptou uma letra à música. A apresentação foi tão bem recebida que o padre Gaspar Demmler insistiu para que se tornasse o hino da cidade. “Dissemos ao padre que quanto a letra não tinha problema, mas a música não era nossa, e sim de um autor anônimo”, recorda Anita.

Sem se dar por vencido, padre Gaspar levou a letra ao maestro Lindolfo Rech. Depois de dois anos e de o assunto ter sido esquecido, bateu á porta de Anita com uma música totalmente diferente. Ela foi a primeira a tocá-la, no piano de sua residência. “Como o maestro não havia musicado os versos, tivemos que refazê-los, adaptando-os à nova métrica. Foram noites e noites de trabalho após nossa jornada no colégio. Naquela época, a Elisa era diretora.”

INJUSTIÇA – Anita acredita que não há motivos para a mudança da letra. “A Elisa jamais teve a intenção de magoar alguém”, afirma. Para a professora porto-alegrense de 79 anos e que adotou Santa Cruz há 60. Não há dúvidas de que várias etnias compõem a comunidade. “Mas que desbravou este território e começou a construir o município forma os alemães. Isso é um fato.”

Anita diz que se sente muito revoltada com a injustiça que está se cometendo contra Elisa. “Ela era brilhante, iluminada. Quando pedia uma letra para o coral, seus versos fluíam na hora. Ela trabalhou muito pela educação em Santa Cruz, deixou um legado. A nossa Apae só existe por causa dela, que lutou por sua instalação.”

O maestro Lindolfo Rech, autor da música, trabalhou muitas vezes com a poetisa depois da composição do hino. Várias de suas obras tiveram letras escritas por Elisa. Assim como Anita, está chateado com a polêmica criada. “Acho que essas pessoas que levantaram o assunto não foram felizes. É como aquela vez em que quiseram mudar o Hino Nacional. Queriam que fosse “erguido eternamente em berço esplêndido” ao invés de “deitado”. Mas não se altera esse tipo de coisa.” Rech acredita que todas as palavras do hino estão bem colocadas. “É claro que há outras raças, mas o desbravamento foi feito pelos alemães.”

Rech conta que, ao compor a música, imaginava tratar-se de um hino para o Colégio Goiás. “Fiquei surpreso quando me disseram que seria para o município. Mas, como todos haviam gostado, não me opus.” Para ele, apesar de a discussão racial ser necessária, os símbolos do município não deveriam ser envolvidos. “Em casa que já está construída a gente não mexe nos alicerces. Ainda mais num alicerce feito pela Dona Elisa.” (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 22/05/2013, p. 06)

As argumentações dos defensores da manutenção do hino da cidade como foi composto, acreditam que existam outras “raças”, mas não foram elas que edificaram a “ilha de Santa Cruz”, foram sim os alemães com sua “ética” e sua capacidade para o trabalho. Quando afirmam que a poetisa não era de origem alemã, rebatem que a mesma era de origem espanhola, afinal neste “país de faz de conta”, ninguém é brasileiro? O eurocentrismo moderno mais uma vez mostra

a sua cara, em meio à polêmica desenvolvida por um hino que credencia apenas uma etnia em detrimentos de outras, na colonização de Santa Cruz do Sul.

A imigração também teria sido neutra com referência à própria estrutura do sistema de relações raciais, não fossem as circunstâncias históricas que a convertiam, espontânea e inevitavelmente, num fator de concentração racial da renda, do prestígio social e do poder. Foi graças a essa razão, aliás, que ela contribuiu para agravar, de maneira evidente, as aparências e a realidade da desigualdade racial. Contudo, aqui é preciso distinguir condições, causas e efeitos no emaranhado contexto histórico-social considerado. O imigrante não se introduziu – nem se viu introduzido – numa estrutura de competição racial com o negro e o mulato. Se a imigração repercutiu drasticamente nas manifestações da desigualdade racial, isso se deu porque ela era um dos fatores da aceleração do crescimento econômico e do desenvolvimento social da comunidade. Os grupos que contavam com posições mais ou menos vantajosas na estrutura de poder e de competição, também contavam, naturalmente, com as oportunidades mais vantajosas de participação nesses dois processos. Na verdade, como a estrutura do sistema de relações raciais excluía o “negro” de tais oportunidades, os brancos praticamente monopolizavam as vantagens dela decorrentes. Tudo isto quer dizer que a imigração apenas agravou, como e enquanto fator histórico, as diferentes expressões assumidas pela desigualdade racial na vida social do negro e do mulato. (FERNANDES, 2007, p. 150 e 151)

O desenvolvimento produzido pelo imigrante que diferente do negro veio por livre iniciativa para um país que lhe concedeu terras, subsídios e condições políticas de apoio ao desenvolvimento das colônias de imigrantes, mesmo que com falhas pontuais, foi bem mais que o país ofereceu para a comunidade africana e seus descendentes. E é isso que Florestan Fernandes quer dizer com “repercutiu drasticamente nas manifestações de desigualdades raciais”, onde as diferenças se radicalizaram com as diferentes oportunidades que o branco europeu recebeu em detrimento ao negro africano.

Abaixo teremos dois textos que foram publicados no jornal Gazeta do Sul no mesmo dia, na seção opinião, um ao lado do outro. Dois textos tão

antagônicos quanto à discussão sobre a questão “racial” no Brasil, onde um delata a discriminação e o outro se preocupa em envaidecer a germanicidade santa-cruzensa em meios às discussões sobre o hino da cidade.

PRECONCEITO RACIAL

O dia 21 de março foi dedicado em homenagem aos negros mortos na África do Sul, que lutaram contra o preconceito racial.

O preconceito é uma forma de violência contra o ser humano. Deus criou o ser humano para viver em harmonia, e não em conflitos raciais e sociais.

No Brasil, os conflitos são diferentes dos da África. A discriminação é mais *soft*, pois ainda não conseguimos a democracia racial.

Somos o segundo País do mundo em população negra, mas para muitos o Brasil é muito branco ainda.

Nós negros sofremos sentimos ainda esta indiferença, pois nossa cidade preserva a cultura alemã.

Sendo jovem negra conheço a história do povo germânico, como chegaram os primeiros imigrantes, e reconheço que a participação da raça negra não é muito esclarecida.

Poucas foram as pessoas negras que viveram em Santa Cruz do Sul antes do final do século, devido à lei provincial 183, de 13 de outubro de 1850, que proibiu a posse e introdução de escravos.

Mas as pessoas negras sempre fizeram parte de nossa história, apesar de não receberem muitos méritos e monumentos em homenagem a sua raça.

Estamos em busca de igualdade social. Acredito que as pessoas negras ou afro-descendentes, ficariam mais felizes se adotássemos os seguintes slogan: “Santa Cruz do Sul, cidade de várias etnias, um povo feliz, venha conhecer”, “Somos um povo unido, independente de sua cultura ou cor, somos em Santa Cruz do sul todos irmãos”.

Poderíamos formar outras frases em que não se faça a diferença entre raças, como o hino de nossa cidade que discrimina a raça negra e suas etnias. A Lei Áurea que libertou os escravos brasileiros, foi promulgada em

13 de maio de 1888, triste época. O Brasil, como você sabe, foi o último País a abolir a escravidão.

Essa ideia de que no Brasil não existe racismo e somos todos iguais é mentira. Não podemos mais conviver com estas diferenças, é preciso mudança. Sofremos com a discriminação. No mercado de trabalho os negros ganham menos e ocupam funções não muito importantes.

Esta é a hora da mudança do conceito negro e alemães, diferentes raças! Devemos usar as palavras amor, paz e união. (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 24/05/2001, p. 04)

SANTA CRUZ DO SUL – SUA HISTÓRIA, SEUS SÍMBOLOS

“Pela Lei Geral número 514, de 28 de outubro de 1848, cada Província receberia do Império trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas, exclusivamente reservadas à colonização.” (Jean Roche, 1969: 101)

Foi esse o estatuto legal que permitiu ao governo provincial estabelecer uma colônia germânica no então município de Rio Pardo e que tornou possível a vinda, já em 19 de dezembro de 1849, dos primeiros 12 colonos. Tornando-se assim, Santa Cruz do Sul, a primeira colônia planejada, fundada e dirigida diretamente pelo então governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para ser colonizada, exclusivamente, por alemães. Desse modo a colônia de Santa Cruz inaugurou a segunda fase de imigração no RS. Agora não mais fomentada pelo império, mas sim incentivada diretamente pelo governo da Província.

Conforme se lê em Hardy Martin (1979) os alemães encontraram este lugar, que hoje é nosso município, encoberto por densa mata virgem e com animais selvagens. Iniciaram a construção do lugar a partir do nada. Já em 1859, conforme se lê em Virgínia Etges (1991), haviam superado a fase de economia de subsistência e, a partir daí, já conseguiram produzir excedentes para a comercialização e exportação.

A colônia próspera, de modo que em 1877 torna-se município autônomo, sendo desvinculada de Rio Pardo e elevada à categoria de vila pela lei número 1075 de 31 de março.

Em 1880 este lugar já contava com onze mil alemães, e muitos outros ainda estariam por vir nos anos seguintes. Dos alemães vindos para Santa Cruz, 61,94%, conforme Jorge Cunha apurou em suas pesquisas junto ao Arquivo Histórico do RS, eram artesãos em suas funções originais, o restante, agricultores. Aqui continuaram a exercer suas habilidades artesanais junto com o cultivo da terra. Fizeram esta terra prosperar com sua dedicação ao trabalho e com o valor dado à educação. Pois, como se pode ler em artigo de Maria H. Kipper (1999), “os colonos eram todos alfabetizados e faziam questão de garantir a instrução para seus filhos. Como o governo provincial não providenciou escolas, estas tiveram que ser criadas e mantidas pelos colonos”.

Além do valor dado à educação, os alemães trouxeram consigo e em Santa Cruz desenvolveram “seu esforço moralista de elevação dos costumes; o culto ao trabalho, ordem, disciplina e limpeza; o gosto pela música, canto, leitura e trabalhos manuais; a busca do convívio, do entretenimento em Kerbs, quermesses e festas religiosas; a criação de um grande número de sociedades culturais e recreativas” Kipper (1999: 19-20).

Os valores trazidos pelos colonos foram postos a serviço da construção deste lugar que, ainda hoje, guarda em suas feições e na sua alma as características peculiares que o tornaram um lugar muito especial para todos nós.

Os nossos símbolos: o nosso hino, o nosso brasão e o monumento ao imigrante são marcas de reconhecimento desse passado que originou Santa Cruz, em nada desmerecem as demais etnias que se juntaram à nossa e colaboraram na construção deste lugar que hoje é Santa Cruz.

Há que se buscar formas outras para homenagear aqueles que escolheram este lugar ao longo do tempo para construir suas vidas e contribuíram com sua promoção. Espaço para novas praças e monumentos não nos faltam. O que não podemos fazer é modificar a história, violando nossos símbolos. Eles exercem a importante função de preservar viva a memória sempre tão fraca e curta. Para que não esqueçamos a origem histórica e peculiar de Santa Cruz.

Nossos filhos têm o direito de conhecer nossa história, para que não se sintam excluídos, mas sim, fazendo parte deste lugar especial que tem uma trajetória de origem diferente de outros lugares, para que possam entender nossos símbolos e gostar desse também seu, nosso hino e cantá-lo com amor. Nosso hino é uma obra de arte. Um poema em homenagem ao início de desta terra. (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 24/05/2001, p. 04)

O antagonismo de opiniões é evidente nos dois artigos de opiniões e mostram o quanto as questões étnicas estão longe de um consenso pacífico. Elas se acirram a cada nova proposta de políticas afirmativas e velhos “monstros” saem do armário, transpondo o campo das ideias e se transformando em uma verdadeira “batalha campal”.

O texto romanceado que exalta os feitos dos imigrantes, também serve para ancorar a visão da suposta “superioridade” dos descendentes de alemães, onde todos os créditos positivos lhe são atribuídos e aos “outros” resta o ônus dos problemas sociais gerados por séculos de descaso e de marginalização que é realimentada pela discriminação silenciosa que produz uma verdadeira separação social.

O RACISMO ESTÁ EM DEBATE

A partir deste domingo, os santa-cruzenses vão ter a oportunidade de discutir a questão da segregação racial na comunidade. O fórum de reflexão *13 de Maio; Abolição?* Vai abordar a situação dos negros na sociedade por meio da exibição de filmes e de debates. O evento está sendo organizado pelo mesmo grupo que vem questionando a letra do Hino de Santa Cruz do Sul, por acreditar que ela possa reforçar um pensamento racista.

Um dos organizadores, Iuri Azevedo, explica que o fórum não vai tratar da questão do hino. “Será um debate abrangente. Entre outras coisas, pretendemos questionar a data em que se comemora a abolição, que não passa de uma simplificação histórica.” Para Iuri, toda a luta dos negros para chegar à abolição foi esquecida, com se a liberdade simplesmente tivesse sido concedida pela Princesa Isabel. “A história de Santa Cruz

também é simplificada pelo hino, pois dá a entender que somente a cultura germânica existe aqui”, acrescenta.

A representante regional do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (Codene), Sônia Soares, é uma das coordenadoras das atividades do fórum que inicia dia 13. Ela está com boas expectativas quanto à participação do público. Sônia reforça a opinião de Iuri. “O dia 13 é uma data negativa para nós. Na verdade, a assinatura da lei pela princesa teve razões econômicas, pois os fazendeiros não precisariam mais manter os escravos. Mas isso ninguém conta...” (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 12 e 13/05/2001, p. 08).

Com as novas concessões sociais conquistadas, a comunidade afrodescendente, graças em parte à política do governo federal, conseguiu trazer ao debate a nível nacional e local a discussão sobre mais de um século de descaso com o compromisso de reparar erros escravagistas do passado. Uma herança que torna um presente, ainda com muitas injustiças sociais cometidas contra a comunidade afrodescendente. Mesmo que muitos desses debates não tenham transformado por completo a questão racial brasileira, conseguiram mobilizar a sociedade a discutir o problema. Assim surgem em Santa Cruz do Sul alguns movimentos que procuram debater a questão racial que encontra na organização da comunidade afrodescendente uma importante ferramenta para combater o racismo. Mas mesmo os grupos que tiveram a chancela da prefeitura, não conseguiram apoio junto ao poder público municipal para que esse movimento prosperasse como veremos na reportagem abaixo.

PRESIDENTE DO COMPIR ANUNCIA SAÍDA DO COLEGIADO

Decepcionado com a atuação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Santa Cruz do Sul (COMPIR), o presidente da entidade, Cláudio Ferreira, anunciou na última quinta-feira, durante reunião, que ele e outros membros vão deixar o grupo. O dirigente reclama da falta de apoio da Prefeitura, que segundo ele, desmotiva o trabalho do órgão. “Os gestores públicos não querem que a comunidade negra se organize. Não temos como continuar. Estamos chateados e desmotivados”, desabafa.

Mesmo confiante no movimento negro, Ferreira não acredita em uma atuação positiva do conselho enquanto não houver uma mudança de postura do poder público em relação à entidade. A falta de participação do Executivo é motivo de reclamações há cerca de dois anos. O conselho é integrado por oito representantes da sociedade civil e outros oito do poder público. Segundo Ferreira, os integrantes do Executivo aparecem “esporadicamente” nos encontros. “Ocorreu um retrocesso do conselho e da caminhada do movimento negro por causa do desinteresse político.” Dentre as principais demandas da entidade, criada em 2005 pela lei municipal 4.701, está a inserção do estudo da história da comunidade negra nas escolas e a criação de projetos que planejem a visibilidade dos negros. Cabe à entidade também elaborar políticas públicas para combater o racismo, o preconceito e a discriminação.

Representante da Prefeitura na entidade, a secretária de Desenvolvimento Social, Núbia Bruch, defende que a insatisfação do COMPIR não está relacionada a este governo. “O ideal seria que o município tivesse, para cada conselho, um espaço e um técnico que o acompanhasse”, admite. Segundo ela, existe proposta para que haja uma sala que acomode as instalações do grupo. A previsão é de que a ideia seja apresentada na próxima reunião, no dia 7 de julho. Por enquanto, a localização da estrutura é mantida em sigilo pela secretária.

Núbia acredita que o descontentamento de Ferreira é pessoal. “Talvez ele me ache muito calma para tomar as decisões, mas numa estrutura de município as coisas não acontecem sem as devidas tramitações. Não é má vontade”, diz. Segundo ela, a demora nesse caso é interpretada como forma de desrespeito. No começo de abril o Executivo já havia declarado que as obras em benefício desses grupos estão entre as prioridades da administração.

A partir de agora, o conselho deve se organizar para indicar outro integrante para a presidência. Mesmo assim, Núbia, ressalta que ainda não houve uma formalização da saída de Ferreira. “Não podemos nos basear em algo que não foi formalizado”, diz (<http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul>, 04/06/2011).

A falta de vontade política por parte do poder público municipal se torna evidente, afinal não está se tratando de assunto de interesse da população teuto-santacruzense, bem pelo contrário, o tema afrodescendente é espinhoso e não é um gerador de votos, nem mesmo na comunidade negra que desinformada e desmobilizada vira facilmente massa de manobra nas mãos dos interesses hegemônicos locais.

REPRESENTANTES TRABALHAM NA REATIVAÇÃO DO COMPIR

A retomada das atividades do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) foi discutida em reunião no plenarinho da Câmara de Vereadores de Santa Cruz. Os representantes da sociedade civil e a vice-prefeita e secretária de Desenvolvimento Social, Helena Hermany, criaram uma comissão para tratar de alterações na lei municipal que instituiu o conselho, em 2005, buscando a adequação às necessidades atuais. Uma das mudanças seria tornar o conselho deliberativo, pois atualmente é apenas consultivo. O COMPIR foi criado em 2005, mas há cerca de dois anos não vinha se reunindo. O motivo, segundo Cláudio Ferreira, integrante do Grupo de Trabalho pela Promoção da Comunidade Negra de Santa Cruz (GT-Afro), foi o fato de o poder público não mandar representantes, ainda que a sociedade civil se fizesse presente. “O trabalho recomeçou do início, mas a expectativa é de que o COMPIR esteja ativo até o mês de novembro”, diz. Já Helena Hermany salienta que a atual gestão pretende participar efetivamente.

Ferreira lembra que o município não tem políticas públicas afirmativas, destacando aquelas que o COMPIR procurará fomentar: programas destinados à saúde da população negra; combate ao extermínio da juventude negra; geração de trabalho e renda; inserção da comunidade negra nos espaços de trabalho e profissionalização e cotas para concursos públicos. Em Santa Cruz, segundo o IBGE, cerca de 63% dos negros, pardos, amarelos e índios situam-se na faixa que recebe, no máximo, até um salário mínimo. Já entre os brancos, esse número chega a pouco mais de 34%.

O GT-Afro e a Secretaria Municipal de Inclusão, Desenvolvimento Social e Habitação marcaram novo encontro para as 17h30 horas do próximo dia 11, na Sala dos Conselhos (pavilhão central do Parque da Oktoberfest). O convite é extensivo a todas as entidades e cidadãos interessados. Mais informações com Cláudio Ferreira pelo telefone 9939 5352 ou e-mail clauafro@yahoo.com.br.

Saiba mais:

O COMPIR é um colegiado consultivo, composto por entidades da sociedade civil e governamentais, com representantes em igual número. Sua finalidade é propor políticas de igualdade racial, enfatizando a população negra e outros segmentos étnicos. Já as políticas afirmativas visam oferecer um tratamento diferenciado aos grupos que se encontram à margem da sociedade, buscando compensar as desvantagens provenientes de sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação (<http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul>, 05/09/2013).

A retomada do COMPIR deve ser vista como uma vitória da sociedade santa-cruzensense, mas também deve ser observada com desconfiança, onde o poder público precisa ter vontade política para alavancar as demandas da comunidade afrodescendente, pois o movimento negro santa-cruzensense precisa decolar politicamente fomentando a participação e conscientização da comunidade negra de Santa Cruz do Sul.

Abaixo analisaremos partes de entrevistas que estão no livro *Identidades Rasuradas* de Mateus Silva Skolaude, onde os entrevistados dão sua opinião sobre o movimento negro em Santa Cruz do Sul.

Olha, eu acho o Movimento Negro aqui é uma grande coisa, mas só que ainda dentro da negritude do negro existe discriminação entre si, entre os Movimentos, entre o próprio negro ele discrimina o seu irmão de cor. Mas eu vejo que o Movimento Negro com uma grande força aqui em Santa Cruz porque ele envolve muitos bairros, mas só que a cabeça dos dirigentes do movimento elas não combinam, em vez de fecharem um bloco sólido, sempre existe uma divergência dum com o outro, isto é o que vejo do Movimento (SKOLAUDE, 2007, p. 124).

O entrevistado acima se mostra interessado na consolidação do Movimento Negro, mas nota-se certa confusão e desinformação na sua argumentação, pois se vê que o mesmo entende que o movimento está resumido aos líderes e suas divergências são um empecilho na construção do mesmo.

Na verdade precisamos construir movimentos sociais autônomos, que tenham participação do conjunto da comunidade negra e as divergências são sinais de democracia do movimento, onde por um bem maior um grupo opta pelo que foi decidido pela maioria dos participantes. Portanto, não podemos mais aceitar grupos que sejam representados por “caciques” que usam o movimento como instrumento de uma possível alavancada política, para evitarmos que isso ocorra, precisamos que haja a participação efetiva da comunidade envolvida.

Eu participei do Movimento Negro em Porto Alegre, até porque a gente queria modificar um pouquinho Santa Cruz, principalmente o negro. Naquela época, a gente sentiu necessidade de fazer algo pela mulher negra. 27 anos atrás, a minha família sentou um dia e disse: “nós vamos ter que fazer alguma coisa”. Tava começando o grupo Consciência Negra, mas nós não queríamos dentro da igreja. Nós queríamos fora, e o que fazer. Aí meu irmão morava em Porto Alegre, ele veio e disse: “olha tem um movimento que eu tô participando lá”. Foi aonde a gente pegou reforço, subsídios para fazer alguma coisa: vamos aumentar a auto-estima da negra, porque só servia para estar esfregando o chão dos outros, e não tinha aquela perspectiva de estudar de ser alguma coisa. Aí nós criamos o Mais Bela Negra de Santa Cruz, pra levantar a auto-estima. No momento que nós elegemos a Mais Bela Negra de Santa Cruz, NE já pensamos em pegar o RS e como através do Movimento Negro lá nós tínhamos constatado com vários lugares do RS, nós começamos então a nos mobilizar, tanto é que vão fazer 24 anos desse evento e que cresce cada vez mais, e Santa Cruz se tornou conhecida por várias cidades, até em Brasília é conhecida por este evento aí, dentro da etnia negra (SCOLAUDE, 2007, p.124 e 125).

A entrevista acima parece que resume o Movimento Negro ao concurso de beleza, onde a comunidade afrodescendente se espelha no modelo injusto e opressor que tanto querem combater. Se o concurso aumenta a autoestima da concorrente vencedora, imaginem como fica a baixa estima das derrotadas! Na

verdade o concurso é elitista, cria um ambiente de competição que tende a romper com a união dos negros e simplesmente repete as estruturas consagradas pela sociedade capitalista que elege alguns em detrimento da maioria, parecendo apenas um contraponto ao concurso realizado para escolher a Rainha da Oktoberfest, onde a comunidade teuto-santacruzense escolhe a mais “bela” loura de olhos azuis.

Essa descaracterização do movimento, foca sua “combatividade” em subterfúgios sociais que não são importantes na construção do movimento negro e que deixam os assuntos mais importantes que são também os mais espinhosos para segundo plano. Entre os temas mais difíceis estão à marginalização social ao que o negro foi submetido, desde que pisou em território brasileiro.

NEGRO LUTA POR POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS

No Brasil, as taxas mais elevadas de desemprego estão entre a população negra. Também são os negros que ocupam a maioria dos postos de trabalho menos protegidos, além de terem os rendimentos sempre inferiores aos da população branca. Os dados são de uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), em parceria com diversas entidades, em seis regiões do País. É para tentar mudar essa realidade que hoje, Dia da Consciência Negra, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul (CODENE) convida a sociedade para refletir sobre as reparações que a etnia merece.

A presidente do CODENE, Ivone de Carvalho, conta que, dos 48 milhões de brasileiros que passam fome, 70% são de origem africana. Além disso, apenas 3% da população está nas salas de aula das universidades. “Há uma cortina de fumaça: todos pensam que não há discriminação racial no Brasil, que está tudo bem. Porém, o preconceito é um mecanismo importante na hora de selecionar.” É por isso que, segundo a presidente, a principal discussão ao movimento negro gaúcho, atualmente, diz respeito às políticas compensatórias.

Entre as reivindicações, por exemplo, está a inclusão da disciplina de História Geral da África nas escolas. “O que se aprende no colégio? Só o

período da escravidão, do negro fujão, que trabalha abaixo do laço. Isso afeta muito a auto-estima das crianças. Ensinar a outra a parte é o que chamamos de reparação.” Outra luta do conselho, conforme Ivonete, é pela reserva de cotas para a etnia, tanto nas universidades quanto nos órgãos públicos, seja em instância municipal, estadual ou federal.

Com a mudança no governo do Estado em janeiro de 2003, uma preocupação do CODENE é quanto à continuidade do projeto Remanescente de Quilombos, implantado por Olívio Dutra. “Ele consiste no mapeamento de terras que pertenciam a quilombos e na regularização da situação de negros que vivem nestes locais, inclusive com a retomada, mediante indenizações, das áreas ocupadas por brancos posteriormente”, explica a presidente. Segundo ela, o programa já vem sendo desenvolvido em seis comunidades. “Na maior parte dos casos, estes negros têm apenas meio hectare para produzir, o que não permite que levem uma vida digna, Após a demarcação das terras, têm início ações nas áreas de saúde, da educação e da geração de trabalho e renda” (fonte: Jornal Gazeta do Sul, 20/11/2002, p. 03).

As lutas da comunidade negra santa-cruzense precisam se concentrar em políticas efetivas de combate a pobreza e a busca de chances de uma maior qualificação educacional, dando condições ao afrodescendente de contribuir com mais qualidade na construção de uma cidade mais justa e mais humana. Não podemos encontrar soluções nas receitas viciadas do modelo vigente, que elenca um grupo dominante para impor seus ditames ao resto da sociedade, obrigando os outros grupos a serem meros coadjuvantes na estruturação social de sua comunidade.

Algumas das lutas acima foram contempladas pelas políticas de afirmativas que a partir do governo Lula foram implantadas no país, mas ainda precisamos conquistar mais, como por exemplo, a obrigatoriedade da educação da história Afro nas escolas no Ensino Fundamental e Médio. Apesar de a lei existir com algum tempo, a efetivação dessa educação nas escolas se dá com certa lentidão, pois às escolas e os professores não estão preparados para trabalhar com um tema que até então era totalmente ignorado em nosso ensino. Para consolidar o preconceito, aprendemos que os negros foram escravizados porque viviam numa

sociedade tribal e em constante guerra, segundo o ensino tradicional os negros eram capturados por outras tribos rivais e vendidos para seus algozes.

Mas a África é muito mais que um gigantesco mercado “negro” de almas humanas, mas um continente que teve seu processo de desenvolvimento interrompido pela tirania europeia. No texto abaixo retirado do livro “Meu Brasil Africano” de Teresa Silva Telles e Mariana Melo, trata sobre a arte de povos primitivos africanos de forjarem o ferro, com técnicas até então desconhecidas pelos europeus.

METALURGIA DO FERRO

Povos que habitavam a região perto do lago Vitória, na atual Tanzânia, produziam aço, há dois mil anos, em fornos que atingiam altíssimas temperaturas, utilizando-se de conhecimentos que só se veriam na Europa no século XIX. Técnicas de metalurgia eram utilizados na África 3000 anos antes da era cristã. Os ferreiros eram especialistas em forjar o ferro (e também o cobre) para produção de ferramentas, armas, joias e enfeites. Nas civilizações africanas antigas, os ferreiros eram muito respeitados porque conheciam os poderes da transformação da matéria e da continuidade da relação entre os espíritos dos ancestrais e as famílias que formam a comunidade viva. Eram, por conta disso, considerados curandeiros e feiticeiros, e suas oficinas ficavam afastadas, fora das aldeias, pois eram vistas como lugar sagrado e, portanto, lugar de culto. Geralmente, quando uma pessoa adoecia, era levada ao lugar da fundição e competia ao forjador realizar a cerimônia em que se sacrificava um animal, geralmente uma galinha, para obter a cura. Na África, ainda hoje, os ferreiros tradicionais são “mestres do Fogo” (TELLES, 2013, p. 42).

O fato de existir uma África, diferente da protagonizada pelas nossas elites que teve seu processo de desenvolvimento rompido pelos Estados da Europa, onde os africanos foram brutalmente arrancados e desestabilizados por interferência direta dos europeus que invadiram, pilharam, escravizaram, exploraram e continuam explorando. Esse continente que perdeu as possibilidades de seu autodesenvolvimento sem que agora, os principais causadores de seu atraso político e socioeconômico tenham que recompensar o

mal do recente passado, com o mesmo dinheiro roubado do continente africano durante séculos, para financiar políticas de recuperação de uma sociedade destruída pela ganância dos ditos Estados do Primeiro Mundo.

E o eurocentrismo que engoliu a África, encontra representação local em Santa Cruz do Sul, onde os descendentes de alemães repetem a mesma relação de poder de colonizador x colonizado que se desenvolveu na África nos últimos séculos. Os descendentes dos imigrantes querem impor o seu domínio local, reduzindo à construção da cidade em um feito exclusivo de sua etnia, relegando os outros povos à condição subalterna e secundária.

PROJETO RECUPERA NOMES HISTÓRICOS EM SANTA CRUZ DO SUL

Antigas denominações poderão constar nas placas indicativas na cidade e no interior

A Câmara aprovou por unanimidade projeto de lei do vereador Nasário Bohnen (DEM) que resgata os nomes antigos das localidades do interior de Santa Cruz do Sul, RS, de vias públicas e de outros locais do município. A matéria segue agora à apreciação do Executivo.

De acordo com o autor, os imigrantes alemães, ao colonizarem o município há 160 anos, passaram a dar nomes às picadas e linhas que iam surgindo. Essas denominações tradicionais permaneceram até 1930, quando, na Campanha de Nacionalização do presidente Getúlio Vargas, foram substituídos por outros, em língua portuguesa. “O que desejamos é o resgate histórico e cultural desses topônimos.”

Bohnen explicou que o projeto não pretende mudar as denominações atuais. “Apenas estamos propondo que os nomes originais também constem nas placas que indicam as ruas ou localidades.” Frisou que a medida, além de recuperar a história, seria uma justa homenagem aos imigrantes e seus descendentes.

Lembrou que Santa Cruz do Sul está trabalhando no resgate da cultura germânica em sala de aula, em clubes e em eventos como a Oktoberfest. “Valorizar esses nomes só irá somar a essa proposta.” Acentuou que, no

interior, há pessoas que ainda se referem às suas localidades usando as denominações históricas. Como exemplo, citou Linha Santa Cruz, que muitos chamam de Alte Pikade (Picada Velha) (www.gazetadosul.com.br, 15/12/2009).

A reportagem acima, nos revela a necessidade dos descendentes de imigrantes de instrumentalizar seu domínio político e cultural, impondo a toda a comunidade santa-cruzense, mesmo que outra etnia a conviver com termos e com as marcas que comprovam sua pretensa superioridade. Uma superioridade baseada na “raça” que tem seus primórdios no darwinismo social e que foi base para a criação dos Estados totalitários que arrasaram o planeta no século XX.

Todos os reinos da natureza nos ensinam que o princípio da seleção a governa, que os mais fortes são vitoriosos e os fracos abatidos. Ensina-nos aquilo que, muitas vezes, do ponto de vista da humanidade, parece uma brutalidade...é uma necessidade básica para promover o mais alto desenvolvimento dos seres humanos...a natureza, afinal de contas, nada sabe de humanitarismo...ao contrário, a fraqueza é um motivo de condenação. Adolf Hitler (SILVA, 2009, p. 107).

No texto abaixo, a raça se torna um importante vetor de consolidação da sociedade moderna, dando suporte para a efetivação do Estado-nação.

O fato de os naturalistas terem inventado a raça como um fato natural, desdobrado das diferenças constatadas entres os homens, está imerso também num imaginário acerca da diferença construída hierarquicamente, cujo modelo europeu é considerado basilar e referência. Grande parte das políticas dos oitocentos foram construídas a partir desse fato. O próprio Estado-nação se estrutura norteado pela ideia de raça, ao se considerar as identidades nacionais e os laços de pertencimento comunitários imaginados nesse processo (SILVA, 2009, p. 16).

Portanto, a necessidade de pertencimento a uma “raça superior” que move os descendentes de alemães em Santa Cruz do Sul, constrói uma sociedade fechada que discrimina quem não pertencer ao seletivo “clube” dos autodeclarados “alemães”. E os afrodescendentes são os que recebem a maior carga de

discriminação, por representarem no pensamento hegemônico local, os “fracos” assim como Hitler chamou outrora os judeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Santa Cruz do Sul oficializou uma história que atendia os interesses da etnia hegemônica na comunidade santa-cruzense, onde o imigrante alemão transforma-se em ator principal na construção do desenvolvimento deste importante município do Rio Grande do Sul. Esta oficialização foi orquestrada por historiadores acadêmicos ou diletantes que pertenciam à etnia dominante, portanto estavam diretamente, emocional e socialmente comprometidos com estes interesses, assim propagaram uma história monoétnica, onde outros povos que tenham participado deste processo desde a colonização ou tenham vindo a integrar-se a ele durante o século XX, foram subalternizados ou completamente ignorados historicamente.

Entre as etnias que foram alvos deste processo de descarte histórico se destacam os povos trazidos da África, que mesmo tendo participado do processo de colonização desde o início, foi sectariamente esquecido pelos oficializadores da história. Como se na Colônia de Santa Cruz houvesse uma linha imaginária intransponível e “purificadora” que impedisse que etnias indesejadas pudessem transpô-la para colaborar na sua construção. Talvez essa suposta linha existisse, mas ela não delimitava a área a ser intervinda, essa linha tinha outro tipo de poder, o poder de desqualificar a intervenção de qualquer etnia se não a alemã, de apagar toda e qualquer história produzida pela etnia não hegemônica e de separar socioeconomicamente, numa espécie de apartheid social. Assim os afrodescendentes encabeçavam a lista das etnias renegadas pela sociedade santa-cruzense, sendo jogadas à margem e engrossando os bolsões de miséria na periferia de Santa Cruz do Sul.

Com a chegada dos anos de 1970 do século XX, o processo de pertencimento identitário germânico se aprofundou em Santa Cruz do Sul, alargando e distanciando as diferenças entre os afrodescendentes e os ditos “alemães”. Esta radicalização das diferenças foi possível pelo sucesso europeu no pós-guerra, onde a Alemanha desponta como nação modelo de “desenvolvimento”, reconstruindo no imaginário dos descendentes uma suposta

superioridade germânica em relação a outros povos e principalmente ao povo que veio para o Brasil como escravo, e que representou na cultura colonial brasileira, o pobre, o fraco e o inferior. Assim o negro representa para a cultura hegemônica santa-cruzense tudo que é ruim, o atraso e personifica o “brasileiro”, transformando-se em adjetivo negativo que justifica o preconceito e a condição de miséria que os afrodescendentes foram e são submetidos na sociedade santa-cruzense e brasileira.

As transformações globais nas relações interétnicas, que balançam o planeta no começo do século XXI e as políticas afirmativas implantadas pelo governo federal e replicadas nos estados e municípios, foram à senha para abrir uma discussão que aflorou o racismo escondido dentro de uma sociedade que até então se dizia não racista. E em Santa Cruz do Sul, esta discussão foi e ainda está sendo acirrada, onde os adversários das políticas afirmativas, se transvestem de defensores dos pobres, da justiça e das oportunidades iguais a todos, mas esquecem de que as tais políticas, nascem da necessidade de estabelecer tal equidade, dando ao negro a oportunidade de se integrar a sociedade que até então lhe foi negada, pelo modelo de desenvolvimento até então existente.

A sociedade santa-cruzense desenvolve um racismo velado que de forma sistemática discrimina todos os povos que não germânicos, tendo no negro o alvo principal do processo de discriminação, responsabilizando-o por todos os problemas gerados no desenvolvimento regional, estadual e nacional. Assim sendo, os afrodescendentes são os principais causadores de seu próprio infortúnio, segundo o pensamento hegemônico santa-cruzense, pois suas condições socioeconômicas estão intrinsecamente ligadas a sua falta de disponibilidades para o trabalho, sua falta de organização, falta de moral e sua total falta de higiene, ou melhor, falta dos princípios da “Ética Protestante”, que foi basilar no desenvolvimento do capitalismo moderno no século XVIII e XIX.

A luta contra o racismo precisa romper com os paradigmas morais desta sociedade capitalista, precisamos construir alternativas para uma sociedade mais humana, onde todos os povos que aqui fincaram a bandeira de sua vida possam

gozar do direito de ter o reconhecimento de sua participação no processo histórico de construção de Santa Cruz do Sul. A busca de medidas compensatórias que procuram equilibrar as diferenças sociais que se ampliaram durante os séculos de marginalização, são alternativas emergenciais, onde a sociedade devolve ao afrodescendente as oportunidades que ao longo dos séculos lhe foram negada.

Este trabalho não pretende esgotar o tema, queremos com ele ampliar o debate sobre a questão do negro em Santa Cruz do Sul, construir um canal de discussão sobre o assunto que motive a comunidade santa-cruzense a se inserir neste debate. As transformações nas relações interétnicas só ocorrerão com mudanças profundas nas relações sociais dos santa-cruzenses, com o rompimento da linha imaginária que separam descendentes de imigrantes dos “outros”, onde todos possam construir e contribuir com suas características e habilidades para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária que valorize o homem numa sociedade mais humana.

REFERÊNCIAS:

BAIOTO, Carlos Daniel; LUZ, Renato da. Santa Cruz do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. São Paulo: Global, 2006.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. História: Debate e Tendência. v. 7, n. 2, jul./dez. 2007, p. 11-35, publ. No 2º sem. 2008.

LUFT, Lya. A luta pela Brasilidade. In: GERTZ, René E. e FISCHER, Luis Augusto (Org.). Nós. Os teuto-gaúchos. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/URFGS, 1998, p. 334-337.

MENEZES, J. Bittencourt. Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Riedl, 1914.

MULLER, Armindo L. Dicionário Histórico e Geográfico da Região de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

SILVA, Mozart Linhares da (Org.). Ciência, Raça e Racismo na Modernidade. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

SKOLAUDE, Mateus. Identidades Rasuradas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

STOLTZ, Roger. Cartas de Imigrantes. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

TELLES, Teresa Silva e MELO, Mariana. Meu Brasil Africano. São Paulo: Ibec, 2013.

ZARTH, Paulo Afonso. Do Arcaico ao Moderno – O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Fontes Primárias:

CÚRIA MATROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. Livro de Batismos. Livro de Escravos de 1863 a 1873.

JORNAL GAZETA DO SUL de 1970 a 2013. (Arquivo Histórico do Jornal Gazeta do Sul e Biblioteca Central da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC).

Fontes Digitais:

<http://letras.mus.br/hinos-de-cidades/1655033/>

<http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul>, 04/06/2013

<http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul>, 05/09/2013

http://pensador.uol.com.br/autor/nelson_mandela/

www.gazetadosul.com.br, 15/12/2009